

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Mesa da Assembleia
 - 1.2 – Comissão
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MANIFESTAÇÕES**
- 6 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/11/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre as diárias de viagem de servidor lotado em gabinete parlamentar. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Hardlink Informática e Sistemas Ltda., tendo como objeto a aquisição de duas unidades de gavetas de expansão a serem fornecidas e instaladas nos *storages* – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 41/2021, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Informática Empresarial Ltda., tendo como objeto a aquisição de uma unidade de deduplicador, para *backup* de armazenamento em disco – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 52/2021, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, nos termos do art. 12, inciso I, alínea “a”, da Deliberação nº 2.598, de 13 de outubro de 2014, a Mesa autoriza a abertura dos seguintes processos licitatórios, declarando que as respectivas despesas têm adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias: processo nº 1011014 81/2021, Pregão Eletrônico nº 39/2021, cujo objeto é a contratação de serviços, com cessão de mão de obra, de atendimento telefônico e telemarketing e de serviços de registro e credenciamento dos ingressantes nas dependências da ALMG, conforme solicitação da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial; processo nº 1011014 85/2021, Pregão Eletrônico nº 44/2021, cujo objeto é a contratação de serviços de garçom, *maitre* e supervisor, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico; processo nº 202014304000172, adesão à Ata de Registro de Preços nº 2/2021, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás, cujo objeto é a aquisição de

microcomputadores e *notebooks*, conforme solicitação da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação. Isso posto, nos termos do art. 12, inciso II, alínea “a”, da Deliberação nº 2.598, de 2014, e art. 61, inciso XIII, da Resolução nº 3.800, de 1985, a Mesa homologa o Processo nº 1011014 101/2021, Pregão Eletrônico nº 51/2021, relativo ao lote 5, destinado à aquisição de placas de vídeo, ordenando a respectiva despesa em favor de Adélio José do Nascimento. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 16 de novembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de novembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 22/11/2021

Às 16 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) ratifica a decisão da pregoeira pelo provimento do recurso apresentado pela pregoante Tecno Temp Comércio Instalação e Manutenção Ltda – EPP –, referente ao Pregão Eletrônico nº 55/2021, que tem como objeto o fornecimento e instalação de equipamentos de condicionamento de ar de expansão direta; 2ª) autoriza o processamento e o pagamento do auxílio-moradia extemporâneo, mediante requerimento, ao deputado Bosco, relativo ao período de janeiro a agosto/2021, na forma prevista no *caput* do art. 12 da Deliberação da Mesa nº 2.581, de 2014; 3ª) dispõe sobre a inscrição de despesas em restos a pagar do exercício de 2021, observada a disponibilidade financeira e orçamentária da Assembleia Legislativa. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.775/2021, a Mesa altera o Anexo da Deliberação nº 2.689, de 28 de novembro de 2018. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Maxvídeo Comércio e Serviços Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva, instalação e adequação em equipamentos profissionais de áudio e vídeo, com fornecimento de peças e componentes necessários aos reparos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Precisa Conservação e Limpeza Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de mecânica automotiva e manobra de veículos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Alencar da Silveira Jr. referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Banco do Brasil S.A., tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua para troca de informações e prestação de serviços atinentes ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep –, através de meio magnético – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa

nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de novembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de novembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/11/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Aslemg –, tendo como objeto a locação de uma loja e 10 vagas de garagem do Edifício Montesquieu – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, a Mesa ratifica o Processo nº 1011014 116/2021, destinado à compra de energia elétrica e uso do sistema de distribuição para o Edifício Tiradentes, o Edifício Carlos Drummond de Andrade e o Palácio da Inconfidência, autorizando a celebração de contrato com a Cemig Distribuição S.A., com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, VIII, da referida lei. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, *c/c* a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, *c/c* as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, designando Marilandi Macêdo Bhering para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal – Gerência de Pagamento; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, *c/c* os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 29/11/2021, o servidor Washington Antônio José Barbosa, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo, no exercício da função gratificada de nível superior – FGS –; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16/11/2021, a servidora Flavia Wardi Cruz Andrade, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, *c/c* os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/11/2021, a servidora Delza Caldeira Simões, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 6 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 16/11/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.774/2021, regulamenta o disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos pela Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite Ofício nº 813/2021, que encaminha para apreciação o Decreto nº 6.576, de 29 de junho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, para reconhecimento da declaração do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 814/2021, que encaminha para apreciação o Decreto nº 3.871, de 17 de junho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 815/2021, que encaminha para apreciação o Decreto nº 2.599, de 13 de julho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 816/2021, que encaminha para apreciação os Decretos nºs 2.213, de 29 de junho de 2021, e 2.214, de 30 de junho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Estrela D’Alva, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 817/2021, que encaminha para apreciação o Decreto nº 1.041, de 12 de julho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Fervedouro, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 818/2021, que encaminha para apreciação o Decreto nº 37, de 1º de junho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 819/2021, que encaminha para apreciação os Decretos nºs 4.606, de 12 de março de 2021, e 4.676, de 20 de julho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Januária, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 820/2021, que encaminha para apreciação o Decreto nº 2.460, de 15 de junho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Minduri, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 821/2021, que encaminha para apreciação os Decretos nºs 217, de 30 de dezembro de 2020, e 301, de 30 de junho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Piranguinho, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 822/2021, que encaminha para apreciação o Decreto nº 1.519, de 12 de julho de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Verde, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 823/2021, que encaminha para apreciação o Decreto nº 11.758, de 5 de agosto de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Três Pontas, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 824/2021, que encaminha para apreciação o

Decreto nº 580, de 30 de agosto de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Astolfo Dutra, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado. A seguir, nos termos do art. 12, inciso I, alínea “a”, da Deliberação nº 2.598, de 13 de outubro de 2014, a Mesa autoriza a abertura do seguinte processo licitatório, declarando que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias: processo nº 1011014 130/2021, Pregão Eletrônico nº 64/2021, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, conforme solicitação da Gerência-Geral de Radiodifusão. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 22 de novembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de novembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/2/2022

Às 9h37min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues presencialmente, e João Leite e Coronel Sandro, de forma remota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Wesley de Oliveira Silva, encaminhado pelo portal “Fale com as Comissões”, indagando o motivo pelo qual apenas os servidores da segurança pública não receberem auxílio alimentação, pago a todo o funcionalismo público estadual; e Sr. Eduardo Goulart do Nascimento, encaminhado pelo portal “Fale com as Comissões”, solicitando apoio para que sejam convocados mais candidatos do que previsto no Edital da Polícia Civil, devido ao elevado déficit no quadro da instituição. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Caroline Elizabeth Brero Valero, diretora de programa do Ministério da Saúde (11/12/2021) e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (23/9/2021); e dos Srs. Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado (17/9/2021); Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda (21/10/2021); Francisco Igor Aires Nunes, secretário nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional, encaminhando parecer da Agência Nacional das Águas sobre o Relatório de Segurança de Barragens 2020 (27/1/2022); Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais (10/9/2021; 11/9/2021 – 2; 20/9/2021; 23/9/2021 – 2); Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (3/9/2021); Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (23/9/2021); e Joaquim Francisco Neto e Silva, delegado-geral de polícia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (5/11/2021). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.725, 9.731, 9.736, 9.737, 9.746, 9.758, 9.768, 9.809, 9.811, 9.817, 10.052 a 10.056, 10.093 a 10.095, 10.097 e 10.098/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.238/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a situação funcional do 3º-Sgt Qpr Alfred Eustáquio Ferreira seja analisada, tendo em vista as alegações que apresenta, de perseguição e assédio moral;

nº 11.239/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que todos os candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 1/2017 sejam convocados, uma vez que a necessidade de efetivo é inquestionável para a adequada prestação jurisdicional; e, caso as nomeações não possam ocorrer de pronto, que se determine a prorrogação do prazo de validade do certame em questão, tendo em vista a existência de mais de 2.000 cargos vagos, dos quais 300 demandam imediato provimento para adequação à lotação mínima estabelecida pela Resolução nº 194, do Conselho Nacional de Justiça;

nº 11.264/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que seja aberta nova turma com mais 30 vagas para o Curso de Formação de Sargentos (CFS 2022), Edital nº13/21, somando-se aos argumentos apresentados no Requerimento em Comissão nº 11.205/2021 o fato de não haver previsão do referido curso para o ano de 2022, tendo em vista a ausência de turmas de cabos que completem 8 anos de efetivo de serviço na graduação no citado ano;

nº 11.265/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que seja averiguado o cumprimento do art. 213 da Lei nº 5301, de 1969, tendo em vista diversas mensagens recebidas com a informação de que a instituição promoverá a graduação de primeiro-sargento com um coeficiente menor que 1/3 da turma de 2009;

nº 11.331/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para determinar a convocação dos candidatos excedentes no Curso de Formação de Oficiais/2022 e, sendo o caso, a prorrogação, nos termos do edital, de seu prazo de validade, tendo em vista a perene situação de déficit de efetivo;

nº 11.332/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para determinar a convocação dos candidatos excedentes no concurso público para admissão ao Curso de Formação de Soldados/2022 e, sendo o caso, a prorrogação, nos termos do edital, de seu prazo de validade, tendo em vista a perene situação de déficit de efetivo;

nº 11.346/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e a secretária de Planejamento e Gestão, para debater a ausência ou a lentidão de publicações referentes aos atos de promoção e progressão na carreira dos policiais penais de Minas Gerais, bem como a informação de que os pagamentos só ocorreriam no mês de outubro, sem efeitos retroativos;

nº 11.372/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença da secretária de Estado de Planejamento e Gestão, a regulamentação da Lei Complementar nº 165, de 17/9/2021, que estabelece, para além dos servidores públicos, regras gerais para a concessão de licença paternidade aos militares do Estado;

nº 11.373/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que um quantitativo maior de candidatos aprovados na prova objetiva seja convocado para as próximas etapas do concurso público para provimento do cargo de investigador de polícia I (Edital 5/2021), de modo que, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, seja favorecida a redução do déficit de efetivo da PCMG;

nº 11.374/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que os 462 candidatos aprovados na prova objetiva do concurso público para

provimento do cargo de perito criminal (Edital nº 3/2021) sejam convocados para as demais fases de seleção e classificação do certame;

nº 11.388/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos quanto ao desvio da contribuição patronal devida ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais por força do art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei nº 10.366, de 1990, desde abril de 2020, bem como quanto à cobrança de 2,5% a mais a título de contribuição dos segurados policiais e bombeiros militares, ativos e inativos, e de 10,5% das pensionistas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de fevereiro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegada Sheila – Coronel Sandro.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/2/2022

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 10.107/2021, das Comissões de Esporte, do Trabalho, da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas no *Mapa de Demanda por Qualificação Profissional*, desenvolvido pela secretaria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.108/2021, das Comissões dos Direitos da Mulher, do Trabalho, de Esporte, da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas que estão sendo adotadas para que a secretaria de que é titular cumpra a determinação institucional de promover políticas públicas de trabalho e emprego. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.109/2021, das Comissões da Pessoa com Deficiência, dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos, do Trabalho e de Esporte, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a razão da não adoção de um programa estadual de frente de trabalho que promova a ocupação dos desempregados

na manutenção e limpeza de estradas, próprios públicos e rios, especialmente daqueles afetados pelos desastres da mineração, e outras atividades correlatas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.110/2021, das Comissões de Esporte, da Pessoa com Deficiência, dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos e do Trabalho, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre como a secretaria de que é titular pretende enfrentar a baixa inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, considerando as vagas ofertadas a esse público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.116/2021, das Comissões da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, do Trabalho, de Esporte e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o volume de negócios realizados pelas feiras *on-line*, sobre o total de empreendedores solidários atendidos e em quais regiões e sobre o rendimento médio dos participantes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.118/2021, das Comissões da Pessoa com Deficiência, do Trabalho, de Direitos Humanos, de Esporte e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Plano Estadual de Enfrentamento à Extrema Pobreza, esclarecendo quais os órgãos envolvidos na sua elaboração, as etapas realizadas, as ações e os recursos previstos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.120/2021, das Comissões de Direitos Humanos, dos Direitos da Mulher, da Pessoa com Deficiência, do Trabalho e de Esporte, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a avaliação que o governo possui sobre a insegurança alimentar e nutricional no Estado, sobre como planeja enfrentar e superar esse preocupante quadro e sobre qual tem sido o esforço realizado pela secretaria de que é titular para a integração e a articulação com outras secretarias do Estado e demais órgãos públicos para desenvolver medidas coordenadas e proporcionais ao tamanho do desafio de garantir o direito constitucional à alimentação adequada para toda a população mineira. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.121/2021, das Comissões do Trabalho, da Pessoa com Deficiência, de Esporte, de Direitos Humanos e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre se a titular da pasta reconhece a urgência de um programa permanente de renda para o Estado enfrentar a crise de fome e pobreza e sobre a mobilização política e de recursos que a Sedese fará para realizar essa urgente tarefa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.123/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em parecer técnico sobre o Projeto de Lei nº 3.300/2021, que define os limites e amplia o Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda – Monae –, que contemple visita técnica prévia ao local e análise documental. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.124/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas na análise jurídica e técnica das entidades inscritas no Cadastro Estadual de Entidades de Proteção Animal e de Protetores, a fim de atestar quais dessas entidades estão regularizadas e aptas a receber recursos de emendas parlamentares.

A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.781, de 2022, reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 9 de fevereiro de 2022, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 163/2022, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19, ou sua prorrogação, no Município de Belo Horizonte e nos demais municípios que menciona; e do Projeto de Lei nº 1.837/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a proibição de apreensão de veículos durante a pandemia de covid-19 no Estado; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de fevereiro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/2/2022, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 9.584/2021, da deputada Leninha, 9.599, 9.759 e 9.760/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, 9.641/2021, das deputadas Leninha, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Betão, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Marquinho Lemos, Professor Cleiton e Ulysses Gomes, e 9.825 e 9.827/2021, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de fevereiro de 2022.

Andréia de Jesus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da CPI da Cemig**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Professor Cleiton, Hely Tarquínio, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/2/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir, na

condição de testemunhas, os Srs. Reynaldo Passanezi Filho e Evandro Negrão de Lima Junior e a Sra. Ivna de Sá Machado de Araújo, para prestarem esclarecimentos acerca de fatos investigados pela comissão.

Sala das Comissões, 8 de fevereiro de 2022.

Cássio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, André Quintão, Betão e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/2/2022, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 10.214/2021, do deputado Celinho Sintrocel, e 10.262/2022, da deputada Ione Pinheiro; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de fevereiro de 2022.

Celinho Sintrocel, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÃO

– Foi recebida, na 4ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 8/2/2022, a seguinte proposição:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 163/2022

Reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, ou sua prorrogação, no Município de Belo Horizonte e nos demais municípios que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecida, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a prorrogação, até 31 de março de 2022, do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos seguintes municípios:

I – Araguari, nos termos do Decreto Municipal nº 294, de 22 de dezembro de 2021;

II – Barão de Cocais, nos termos do Decreto Municipal nº 21, de 24 de janeiro de 2022;

III – Belo Horizonte, nos termos do Decreto Municipal nº 17.829, de 29 de dezembro de 2021;

IV – Bocaiuva, nos termos do Decreto Municipal nº 8.183, de 29 de dezembro de 2021;

V – Buenópolis, nos termos do Decreto Municipal nº 95, de 30 de dezembro de 2021;

VI – Conceição da Barra de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 5.303, de 27 de dezembro de 2021;

VII – Itanhandu, nos termos do Decreto Municipal nº 5.613, de 3 de janeiro de 2022, limitado o reconhecimento ao período de 1º de janeiro a 31 de março de 2022;

VIII – Ouro Branco, nos termos do Decreto Municipal nº 10.304, de 5 de janeiro de 2022;

IX – Passa Vinte, nos termos do Decreto Municipal nº 1.348, de 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º – Fica reconhecido, até 31 de março de 2022, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 no Município de Extrema, nos termos do Decreto Municipal nº 4.145, de 23 de dezembro de 2021.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de fevereiro de 2022.

Mesa da Assembleia

– Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia, nos termos da Decisão da Mesa da Assembleia de 9/2/2021.

LEITURA DE COMUNICAÇÕES

– O presidente deu ciência ao Plenário, na 4ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 8/2/2022, da seguinte comunicação:

das Bancadas do MDB, PSD, PV e PSL e das Representações Partidárias PTB, Republicanos, Cidadania, PDT, DEM, Patri e PRTB – indicando o deputado Inácio Franco como líder da Maioria (Ciente. Publique-se.).

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

– O presidente, na 4ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 8/2/2022, proferiu a seguinte decisão:

“Decisão da Presidência

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Projeto de Lei nº 1.885/2020, do deputado Leonídio Bouças, o Projeto de Lei nº 1.891/2020, do deputado Elismar Prado, e o Projeto de Lei nº 1.904/2020, do deputado Raul Belém, que haviam sido encaminhados ao Colégio de Líderes, sejam anexados ao Projeto de Lei nº 1.837/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr., por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 8 de fevereiro de 2022.

Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.497/2021

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Relatório

De autoria do deputado João Leite, o projeto de lei em análise “estabelece a obrigatoriedade de as unidades de saúde da rede pública e privada do Estado garantirem os direitos de mulheres que sofram perda gestacional”, tendo sido distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Defesa dos Direitos da Mulher.

A proposta foi apreciada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Saúde, que, em sua análise de mérito, opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº1, que apresentou.

Cabe agora a esta comissão emitir seu parecer de mérito, em cumprimento ao disposto no art. 188, combinado com o art. 102, XXII, do Regimento Interno.

Nos termos do art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição, por semelhança de objeto, o Projeto de Lei nº 2.697/2021, que “obriga as unidades de saúde da rede pública e privada a garantir os direitos de mulheres que sofram perda gestacional e dá outras providências”.

Fundamentação

A proposição em exame define obrigações para as unidades de saúde da rede pública e privada do Estado, visando garantir direitos às mulheres que sofreram perda gestacional, tais como: receber acompanhamento psicológico; ser acompanhada por pessoa de sua escolha; ser informada sobre qualquer procedimento adotado; não ser submetida a procedimento ou exame sem o seu consentimento; não ser submetida a procedimento sem que haja necessidade clínica baseada em evidências científicas; optar sobre o contato pele a pele com o natimorto imediatamente após o nascimento, dentre outros.

Na justificção, o autor do projeto menciona que a interrupção involuntária de uma gravidez “implica várias perdas, tais como a da maternidade, da autoestima”, acrescentando que, após a interrupção de uma gravidez, a mulher “vive momentos difíceis, de estresse e de grande fragilidade psicoemocional, necessitando de um acompanhamento especializado e justo”.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade da proposição em sua forma original, ressaltando que ela “traz medidas importantes para a humanização do atendimento à mulher em situação de abortamento no Estado e para sua assistência integral”.

Em sua análise de mérito, a Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº1, que apresentou. Para corrigir uma imprecisão técnica e conceitual, aquela comissão estabeleceu, no parágrafo único do art. 1º do substitutivo, a distinção entre perda gestacional (óbito fetal e abortamento) e perda neonatal (morte de recém-nascido). Propôs adequações nos incisos do art. 2º, objetivando “adequá-los às recomendações do Conselho Federal de Medicina”, bem como suprimiu o art. 4º, tendo em vista que a instituição da Semana Estadual de Conscientização sobre a Causa do Luto Parental, nele prevista, estava em dissonância com o estabelecido na Lei nº 22.858, de 2018, que fixa critério para a instituição de data comemorativa estadual.

Isso posto, passemos à análise de mérito relativa a esta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Para a mulher, a gestação é uma experiência única e íntima. Durante os meses de maturação intrauterina, quase todo o processo é vivido exclusivamente pela mãe. Ela acolhe em si o desenvolvimento de uma nova vida, o bebê, que a modifica, na medida em que cresce e se forma. A olho nu, é possível detectar algumas mudanças na grávida – físicas e comportamentais –, mas as observações genética, hormonal e psíquica são capazes de trazer indícios de profundas transformações na mulher – redistribuição dos nutrientes entre mãe e bebê, remodelação das mamas, alterações de personalidade, rearranjo hormonal, de articulações e ligamentos, dentre outras, que passam despercebidas, mesmo para aqueles que a acompanham de modo bem próximo durante a gravidez.

Ao longo das semanas de gestação, a mulher vai se preparando para conceber o bebê, em um processo lento e contínuo, que vai adequando a mãe à chegada do filho. Nesse contexto, a interrupção da gravidez acarreta várias perdas para a mulher, inaugurando, dentre outros, um estado de luto e de fragilidades física, psíquica e emocional.

Embora a perda gestacional seja frequentemente observada, seu luto muitas vezes é banalizado e silenciado. De acordo com estimativas publicadas na revista médica *The Lancet*¹, “abortos espontâneos são comuns. Cerca de 23 milhões de gestações em todo o mundo terminam em aborto espontâneo a cada ano – isso é 15% do total ou 44 a cada minuto”. Assim, as consequências de um luto ocasionado (por óbito fetal ou morte de recém-nascido) não acolhido, não tratado, podem ser desastrosas e observadas tanto para a mulher, quanto para sua família núcleo.

Entendemos que para auxiliar na retomada da vida, bem como para abreviar o estado de fragilidade em que a mulher se encontra depois de uma perda gestacional, todo apoio profissional qualificado é relevante. Observamos, no projeto em tela, o empenho em disponibilizar para a mulher importante condição de conforto e dignidade, para que a sua dor seja tratada e superada.

Nesse sentido, consideramos esta proposição legislativa, com os aprimoramentos realizados pela Comissão de Saúde, meritória e oportuna.

Nos termos do art. 173, § 3º, combinado com o art. 145, do Regimento Interno, esta comissão deve manifestar-se também sobre o Projeto de Lei nº 2.697/2021, anexado à proposição ora em análise. Entendemos que os argumentos apresentados neste parecer se aplicam igualmente a ele. Ressalte-se, inclusive, que foi preservado o caráter de humanização do atendimento à mulher em situação de abortamento, bem como a previsão de sua assistência em caráter integral.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.497/2021, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Saúde.

Sala das Comissões, 8 de fevereiro de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidente e relatora – Leninha – Andreia de Jesus.

¹Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/uma-em-cada-10-mulheres-sofrera-um-aborto-diz-pesquisa/>>.

Acesso em: 9 nov. 2021.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.693/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Bartô solicita à Presidência da Assembleia que seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações pormenorizadas sobre a real necessidade de contratação do valor de R\$1.200.000,00 a título de alimentação para atendimento à diretoria da Cemig, esclarecendo-se qual o quantitativo de pessoas que serão beneficiadas por essa contratação e como se chegou a esse valor, tendo em vista que a nota de esclarecimento publicada pela referida companhia não foi elucidativa.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 24/4/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, solicita-se, nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações para que esclareçam, de forma detalhada e pormenorizada, a real necessidade de contratação do valor de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) a título de alimentação para atendimento à diretoria da Cemig em Belo Horizonte, esclarecendo também o quantitativo de pessoas que serão beneficiadas por essa contratação e como se chegou a esse valor, tendo em vista que a nota de esclarecimento publicada pela Companhia não foi elucidativa.

Infere-se do art. 2º da Constituição da República não apenas a independência funcional atribuída a cada um dos Poderes do Estado como também sua interdependência, com o objetivo de instituir um sistema de freios e contrapesos, por meio do qual é estabelecido mecanismo de controle recíproco entre os Poderes, com o escopo de promover o equilíbrio constitucional, tornando-os harmônicos e interrelacionados.

Com essa finalidade, foram instituídos mecanismos de controle entre os Poderes, dos quais se destacam aqueles que atribuem ao Parlamento, desde os primórdios de sua criação, a competência para fiscalizar atos do poder público, especialmente os do Poder Executivo, sob as formas, principalmente, de autorização, aprovação, apreciação e suspensão. O art. 49 da Constituição da

República e o art. 62 da Constituição Mineira tratam das competências administrativas de natureza exclusiva e privativa do Legislativo, nas esferas correspondentes, relacionadas ao exercício do controle dos atos estatais.

No exercício do poder constituinte decorrente, o Constituinte Mineiro assegurou ao Poder Legislativo mecanismos de controle dos atos do poder público, atribuindo-lhe poder fiscalizatório, especialmente em relação aos atos de competência do Poder Executivo. Destaca-se, nesse ponto, o inciso XXXI do art. 62 da Constituição Estadual, que atribui à Assembleia Legislativa competência privativa para “fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Como instrumento desse poder fiscalizatório, a Carta Política Mineira instituiu também a prestação de informações pessoalmente e o pedido escrito de informações. Com efeito, a prestação pessoal de informações, em consonância com o *caput* do art. 50 da Constituição da República, encontra-se regulada no §4º do art. 54 da Carta Mineira, segundo o qual a Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderão, sempre que julgarem necessário, convocar secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao governador do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade, no caso de ausência injustificada. Além disso, o inciso IV do § 2º do art. 60 atribui às comissões parlamentares a competência para convocar as autoridades referidas no art. 54, ou outra autoridade estadual para prestar informação sobre assunto inerente a suas atribuições.

Por outro lado, os §§ 2º e 3º do art. 54 atribuem à Mesa da Assembleia a possibilidade de realização de pedido escrito de informações: o primeiro assegura a possibilidade de encaminhamento do pedido a secretário de Estado; o segundo prevê que a Mesa poderá encaminhar o pedido “a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

Dessa maneira, o disposto no § 3º do art. 54 da Constituição Estadual deve ser interpretado de modo a considerar a expressão “outras autoridades estaduais” no contexto do *caput* do artigo, de forma a complementar o conteúdo da norma nele enunciada. Com o objetivo de manter a coerência com o enunciado no *caput* do artigo, o significado da expressão em referência não pode ser outro senão o da possibilidade de a Mesa da Assembleia Legislativa encaminhar pedido de informação a outras autoridades que integrem a estrutura organizacional do Poder Executivo.

Do exposto, considerando que o requerimento em questão se destina a dirigente de entidade da administração indireta, bem como a secretário de Estado, concluímos por sua adequação ao art. 54 da Constituição Mineira, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 99, de 2019.

Conclusão

Ante todo o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 7.693/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.963/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Minas e Energia, a proposição em tela requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o aumento de cargos e de custos com a diretoria da companhia, conforme denúncia feita em 28/4/2021 pelo jornal *O Tempo*.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 11/6/2021, vem a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo, de autoria da Comissão de Minas e Energia, atendendo a requerimento do deputado Repórter Rafael Martins, solicita informações sobre o aumento de cargos e de custos com a diretoria da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, conforme denúncia feita em 28/4/2021 pelo jornal *O Tempo*.

Do ponto de vista da legitimidade do pedido, cabe destacar que a Constituição Estadual, por meio do art. 54, § 3º, conferiu à Mesa da Assembleia a competência de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, para quem a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. Destacamos que a Lei nº 23.304, de 30/5/2019 – que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado – dispõe em seu art. 25, § 3º, II, “c”, que a Cemig é vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede. Dessa maneira, é integrante da administração indireta estadual, estando abarcada pelo dispositivo constitucional citado.

Em termos regimentais, a matéria obedece o disposto no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, que assegura às comissões a possibilidade de enviar, por intermédio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Por fim, a alínea “c” do inciso VIII do art. 79 do citado Regimento estabelece que a Mesa somente admitirá tal pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e a fiscalização da Assembleia Legislativa, o que se enquadra na situação em análise. Verificamos, então, o atendimento aos requisitos legais para admissibilidade do pedido em estudo.

Assim, consideramos, que o requerimento em questão está em conformidade com o disposto no § 3º do art. 54 da Constituição Mineira, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 99, de 2019.

Conclusão

Conforme o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 7.963/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 9.095/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

A proposição em tela requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre eventuais negociações com o Município de Três Corações no sentido de transferência total ou parcial da Casa de Saúde Santa Fé para a gestão municipal, consubstanciadas em todos os estudos técnicos que demonstrem sua viabilidade e embasaram a decisão tomada, e sobre as seguintes questões: a) se procedem os rumores sobre essa transferência; b) em caso positivo, se a situação foi submetida ao Conselho Estadual de Saúde; c) qual instrumento jurídico está sendo utilizado para a formalização da transferência; d) se essa transferência é total ou parcial e qual ou quais serviços passariam a ser prestados sob responsabilidade do município; e) se os servidores da unidade foram cientificados dessa intenção; f) se os servidores serão cedidos ao município ou ficarão sob responsabilidade da Fhemig; g) se serão respeitadas as gratificações, progressões e o regime jurídico, inclusive as gratificações para os cargos de chefia e direção; h) quais benefícios trará essa transferência para a qualidade do serviço e para os servidores públicos.

Fundamentação

A Política de Saúde do Brasil foi instituída com a Constituição da República, em 5 de outubro de 1988, e, entre os avanços que trouxe, destacam-se a descentralização, a municipalização de ações e serviços, a melhoria e a ampliação da atenção à saúde, a definição do papel complementar do setor privado e o controle social com a atuação dos conselhos de saúde.

A Carta Magna estabelece o modelo participativo relacionado à gestão das políticas sociais, notadamente nas áreas de saúde, educação e assistência social. O controle social é aquele exercido pela sociedade por meio da participação dos cidadãos na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública, contribuindo para a correta aplicação dos recursos públicos.

Para operacionalizar a gestão participativa e municipalizada das ações e dos serviços de saúde, foi criado o Sistema Único de Saúde – SUS –, considerado como o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais e pelo setor privado e organizações não governamentais, por meio de convênios entre entes governamentais e contratos de parceria entre o poder público, as entidades sem fins lucrativos e o setor privado.

A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – foi criada pela Lei Estadual nº 7.088, de 3 de outubro de 1977. Tem como competência prestar serviços de saúde e assistência hospitalar de importância estratégica estadual e regional, em níveis secundário e terciário de complexidade, por meio de unidades assistenciais organizadas e integradas ao SUS, e participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação da política de gestão hospitalar, em consonância com as diretrizes definidas pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES-MG.

A Casa de Saúde Santa Fé, em Três Corações, por sua vez, é uma das 21 unidades assistenciais que compõem a estrutura orgânica da Fhemig. Inaugurada em 1942, no sul do Estado, teve como finalidade abrigar e cuidar de pessoas acometidas pela hanseníase. Com a inauguração do Centro de Reabilitação Física – CRF – da Casa de Saúde Santa Fé, em 9 de março de 2006, proporcionou atendimento especializado a cerca de 750 mil pessoas, de 50 municípios referenciados que fazem parte da Macrorregião Sul. Atualmente, faz parte do Complexo de Reabilitação e Cuidados Integrados.

A possibilidade de transferência da unidade para a gestão do município, caso seja efetivada, pode impactar na qualidade do atendimento da população dessa macrorregião como um todo, além de envolver aspectos administrativos, como a gestão de pessoas e o financiamento das atividades. Por isso é pertinente que os atores interessados, entre eles usuários, profissionais, conselheiros e agentes políticos da região, necessitem de mais informações acerca do processo, visando a um melhor posicionamento sobre a questão.

Diante do arcabouço legal que ordena a execução da política de saúde de forma colaborativa entre entes de governo, a sociedade civil e a iniciativa privada, é pertinente as questões colocadas pela Comissão de Participação Popular a fim de verificar, em primeiro lugar, se de fato essa negociação está ocorrendo entre a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e o Município de Três Corações; se a situação foi submetida ao Conselho Estadual de Saúde; qual instrumento jurídico está sendo utilizado; quais serviços passariam a ser prestados sob responsabilidade do município; se os servidores da unidade foram cientificados dessa intenção; se os servidores serão cedidos ao município ou ficarão sob responsabilidade da Fhemig; se serão respeitadas as gratificações, progressões e o regime jurídico, inclusive as gratificações para os cargos de chefia e direção; quais benefícios trará essa transferência para a qualidade do serviço e para os servidores públicos.

Conclusão

Diante do exposto, somos favoráveis ao envio do pedido de informações proposto no Requerimento nº 9.095/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.264/2021**Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a proposição em tela “requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações acerca do processo, das etapas e dos desdobramentos previstos relativos à proposta de construção de um aterro sanitário na BR-040, no Km 505, na divisa de Ribeirão das Neves e Esmeraldas, bem como sobre o cronograma dos trabalhos em andamento e programados, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima) e estudos sobre os impactos econômico-sociais e na infraestrutura das cidades”.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 23/9/2021, vem a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O objetivo da matéria em tela é obter informações de cunho técnico e operacional da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – acerca da proposta de instalação de um aterro sanitário localizado às margens da BR-040, na altura do Km 505, próximo ao limite entre os Municípios de Ribeirão das Neves e Esmeraldas.

Do ponto de vista da legitimidade da proposição, cabe destacar que a Carta Estadual, por meio do art. 54, § 2º, conferiu à Mesa da Assembleia a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a secretário de Estado, e a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem crime de responsabilidade.

Além disso, a matéria está alinhada com o disposto no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno, que assegurou às comissões a possibilidade de enviar, por intermédio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Por fim, a alínea “c” do inciso VIII do art. 79 do citado regimento estabelece que a Mesa somente admitirá tal pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, o que enquadra a situação em análise.

No caso em comento, tal escrutínio justifica-se, a nosso ver, devido aos impactos ambientais e sociais notadamente gerados pela implantação e operação de aterros sanitários. Adiciona-se também o fato de que a implantação do citado aterro é decorrente de contrato de parceria público-privada firmado entre o Estado de Minas Gerais e a concessionária Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos Sólidos S.A., conforme consta no sítio da Coordenadoria Especial de Concessões e Parcerias do governo do Estado, Unidade PPP. Contudo, diante da impossibilidade de verificarmos com precisão se de fato a Seinfra é o órgão atualmente responsável pela gestão desse contrato, sugerimos que o requerimento seja dirigido à Secretaria de Estado de Governo, que poderá direcioná-lo ao destinatário competente no âmbito da administração estadual. Além do mais, entendemos que a redação do requerimento deva ser adequada para tornar mais claro seu objetivo.

Conclusão

Conforme o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 9.264/2021, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/9/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o processo relativo à construção e operação de um aterro sanitário às

margens da Rodovia BR-040, na altura do Km 505, entre Ribeirão das Neves e Esmeraldas, consubstanciadas em relatório sobre a situação atual do contrato firmado entre o Estado e a Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos Sólidos S.A., no cronograma dos trabalhos em andamento e programados, nos estudos ambientais (EIA/Rima) e nos estudos de impacto sobre a infraestrutura, a economia e a sociedade dos municípios diretamente afetados.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.516/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o impacto na qualidade do atendimento e na política de investimentos da companhia, decorrente da aplicação do novo percentual de dividendos regulares no ano- -exercício de 2021, especificando-se quais setores sofreram contingenciamentos de recursos financeiros, uma vez que os valores a serem distribuídos aos acionistas são significativamente maiores quando comparados aos do ano anterior.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 23/10/2021, a proposição vem a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Copasa é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, cujo acionista controlador é o governo do Estado de Minas Gerais e cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo.

A companhia obteve resultados operacionais e financeiros representativos em 2020, exercício que foi encerrado com 640 concessões para prestação de serviços de abastecimento de água, atendendo 11,8 milhões de pessoas; e 310 concessões para serviços de esgotamento sanitário, beneficiando 8,3 milhões de usuários.

Quanto ao desempenho financeiro, segundo o Relatório de Sustentabilidade elaborado pela Copasa, em 2020 a companhia registrou lucro líquido de R\$816,5 milhões, o que representou elevação de 8,2% em relação ao ano anterior. Com relação aos dividendos, foi aprovada em 19 de novembro de 2020 a distribuição de R\$820 milhões a título de dividendos extraordinários, o maior valor da história da empresa desde a sua primeira oferta pública de ações na bolsa, em 2006. Se somados aos dividendos regulares, o montante total distribuído pela Copasa até o terceiro trimestre de 2020 foi de R\$972,4 milhões. Por outro lado, os investimentos realizados no âmbito da Controladora foram de R\$459 milhões.

Nesse contexto, observamos que a Assembleia Legislativa, por meio de seus parlamentares e de suas comissões, lida frequentemente com queixas e demandas da sociedade, que tem manifestado preocupação quanto aos baixos investimentos da companhia e tem reivindicado uma destinação maior de recursos para ampliação e melhoria das infraestruturas e dos índices de atendimento nos mais de 600 municípios em que a empresa está presente.

No que se refere à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo às autoridades estaduais integra o rol de ações de seu controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado constitucionalmente pelos arts. 54, § 3º, e inciso II do § 1º do art. 73, da Constituição Estadual.

A proposição também encontra respaldo no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, que assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo

a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização deste Parlamento, o que se enquadra na situação em tela.

Consideramos, portanto, que as informações requeridas são importantes e a solicitação em tela está constitucional e regimentalmente amparada, uma vez que compete à Assembleia Legislativa fiscalizar a aplicação das políticas públicas e buscar a transparência e as adequações nas questões que dizem respeito aos interesses da sociedade.

Como a proposição atende às atribuições e às exigências supramencionadas, entendemos que ela merece prosperar nesta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 9.516/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.531/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, a Comissão de Segurança Pública requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as empresas que possuem isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; o percentual de isenção por empresa, de 2019 a 2021, especificado ano a ano; o valor que o Estado deixou de arrecadar por empresa, de 2019 a 2021, especificado ano a ano; o montante total de isenção de ICMS de 2019 a 2021, especificado ano a ano, destacando-se qual é o percentual de isenção em face da perspectiva de arrecadação desse tributo no mencionado período.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 28/10/2021 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Por apresentar objeto semelhante, o Requerimento nº 9.608/2021 foi anexado à proposição em análise, de acordo com o previsto no § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

Fundamentação

Com vistas a obter esclarecimentos detalhados sobre as empresas beneficiadas com isenção de ICMS no Estado, a Comissão de Segurança Pública solicita o encaminhamento de pedido de informações ao secretário de Estado de Fazenda.

A proposição relaciona-se com as atribuições constitucionalmente asseguradas a esta Casa, de fiscalização e controle do Executivo estadual. Nesse esteio, a Constituição Estadual estabelece, no § 2º do art. 54, que a Mesa da Assembleia poderá encaminhar a secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

Conforme informações coletadas no *site*¹ da Secretaria de Estado de Fazenda, o ICMS é um “imposto não-cumulativo que incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”. Previsto no art. 155, II, da Constituição Federal, “apresenta-se como uma das principais fontes de recursos financeiros para a consecução das ações governamentais”, estando no âmbito da competência dos estados e do Distrito Federal.

O requerimento originou-se de audiência pública realizada em 19/10/2021 pela Comissão de Segurança Pública desta Casa, cuja finalidade foi debater as razões da não implementação, em Minas Gerais, da Lei nº 23.869, de 2021, que dispõe sobre a isenção

do ICMS na aquisição de armas de fogo com calibre de uso permitido, munições, fardamento, colete à prova de balas, equipamentos e apetrechos por integrantes dos órgãos estaduais de segurança pública. Nessa ocasião, as ações governamentais que têm como base as isenções de ICMS concedidas pelo Estado foram também debatidas.

Para os integrantes dos órgãos de segurança do Estado, o benefício contido na isenção do ICMS não se configura como privilégio; ao contrário, tem o condão de ser instrumento capaz de viabilizar o acesso deles a, por exemplo, armas e munições, imprescindíveis para garantir sua segurança pessoal quando não estão em serviço.

Em conclusão, entendemos que as informações solicitadas por meio do requerimento em tela são pertinentes, pois permitirão a este Parlamento exercer suas atribuições constitucionais de fiscalização e controle do Poder Executivo estadual. Não obstante, com o propósito de conferir maior clareza e adequação ao seu texto, apresentamos substitutivo ao final deste parecer.

Ressalta-se que os argumentos aqui apresentados se aplicam igualmente ao requerimento anexado, tendo em vista a identidade que guarda com a proposição em análise.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 9.531/2021 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as empresas beneficiadas com isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – ou outro tipo de redução de carga tributária no Estado, especificando-se o percentual de redução e o valor que o Estado deixou de arrecadar, relativamente ao período de 2019 a 2021, ano a ano, por empresa, bem como o montante total de isenção ou redução concedida e o percentual desse montante em relação à perspectiva de arrecadação de tributos, no período mencionado, ano a ano.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

¹Disponível em: <<https://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/icms/>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.594/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização requer ao presidente da Assembleia “seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações sobre se é destinado algum tipo de remuneração ou ajuda de custo aos membros do Conselho Consultivo de Regulação da Arsae-MG e, em caso afirmativo, sobre os valores envolvidos”.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 11/11/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise pretende obter informações sobre a existência de remuneração ou ajuda de custo aos membros do Conselho Consultivo de Regulação da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e valores envolvidos.

A Arsae-MG é uma autarquia especial, com autonomia administrativa, financeira, técnica e patrimonial, e está vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O Conselho Consultivo de Regulação, objeto do requerimento em exame, é o órgão responsável por exercer o controle social das atividades regulatórias da Arsae-MG.

Ressaltamos que o pedido de informações ao Poder Executivo integra o rol de competências do Poder Legislativo, conforme previsto no 49, X, da Constituição da República, que estabelece como competência do Poder Legislativo a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, bem como nos arts. 73 e 74 da Constituição do Estado, os quais, em simetria, atribuem ao Legislativo o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa estatal.

No ponto de vista de sua legitimidade, cabe destacar que a Carta Estadual, por meio do art. 54, § 3º, conferiu à Mesa da Assembleia a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, para quem a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 9.594/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.638/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em tela, a deputada Ione Pinheiro requer ao presidente da Assembleia Legislativa, nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os valores dos recursos financeiros pendentes nas áreas da saúde e da educação devidos ao Município de Catas Altas da Noruega.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 11/11/2021 e encaminhado a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise tem por finalidade obter informações do secretário de Estado de Governo sobre os valores dos recursos financeiros pendentes nas áreas da saúde e da educação devidos ao Município de Catas Altas da Noruega.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que é atribuição constitucional privativa da Assembleia Legislativa a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, conforme estabelecido no inciso XXXI do art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais. Nessa perspectiva, o pedido formulado está alinhado com o papel fiscalizatório desta Casa, uma vez que visa possibilitar ao demandante acesso a informações relativas à matéria em questão.

Quanto à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo a secretário de Estado integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado pelo art. 54, § 2º, e pelo inciso II do § 1º do art. 73 da Constituição Estadual.

A proposição encontra, ainda, respaldo no inciso III do art. 46 do Regimento Interno desta Casa, que assegura aos parlamentares a prerrogativa de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas estaduais. De acordo com a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, o que se enquadra na situação em análise.

Entendemos, portanto, que a proposição em estudo é legítima e merece prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 9.638/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.667/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consolidadas nos documentos, dados e estudos técnicos encaminhados pela Prefeitura Municipal de Barão de Monte Alto à Secretaria de Estado de Educação que resultaram na adesão ao projeto Mãos Dadas, com a municipalização dos anos finais do ensino fundamental, e nos documentos, respostas e informações enviados à referida prefeitura por parte dessa secretaria.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise solicita informações à titular da Secretaria de Estado de Educação – SEE – sobre o processo de adesão do Município de Barão de Monte Alto ao projeto Mãos Dadas, com a consequente transferência de turmas dos anos finais do ensino fundamental da rede estadual para a rede de ensino do município em questão.

Instituído pela Resolução SEE nº 4.584, de 2021, o projeto Mãos Dadas prevê a transferência da gestão administrativa, financeira e operacional do atendimento ao ensino fundamental das unidades escolares da rede estadual para as redes municipais de ensino.

Apesar de a Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, prever em seu art. 10, II, que os estados gozam da prerrogativa de definir com os municípios formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, deve-se considerar que a implantação do projeto Mãos Dadas pode trazer impactos significativos para os estudantes e trabalhadores da educação. Assim, seria desejável que as ações para a implantação do projeto fossem conduzidas com transparência e com a participação de todos os segmentos envolvidos.

No entanto, nos parece que não é o que ocorre. Em diversas visitas e reuniões realizadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa para discutir o projeto, restou evidenciado que a comunidade escolar não foi ouvida pela SEE nem pelas prefeituras que optaram por aderir ao programa.

Além disso, são escassas as informações sobre o programa nos meios oficiais de informação do governo estadual. No *site* da SEE, por exemplo, só se encontram a resolução que instituiu o projeto Mãos Dadas e algumas notícias sobre ele, mas não as informações sobre os municípios que aderiram ao projeto nem os termos nos quais se deu essa adesão, o que em nosso entendimento contradiz o basilar princípio da publicidade dos atos da administração pública.

Assim, entendemos que o requerimento em questão merece prosperar. Entretanto, apresentamos substitutivo ao final deste parecer para tornar mais clara a redação do requerimento.

O pedido de informações ao Poder Executivo integra o rol de competências do Poder Legislativo, conforme previsto no art. 49, X, da Constituição da República, que estabelece como competência do Poder Legislativo a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, bem como nos arts. 73 e 74 da Constituição do Estado, os quais, em simetria, atribuem ao Legislativo o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa estatal. Nessa esteira, os §§ 2º e 3º do art. 54 da Carta Mineira autorizam a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a secretário de Estado e a outras autoridades, dispondo que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa configuram, para secretário de Estado, crime de responsabilidade, e para outras autoridades, infração administrativa, sujeita a responsabilização. Não há, portanto, impedimento jurídico para a aprovação da proposição em análise.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 9.667/2021 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre:

- 1 – os dados e estudos técnicos encaminhados pela Prefeitura Municipal de Barão de Monte Alto à Secretaria de Estado de Educação que embasaram a adesão do município ao projeto Mãos Dadas;
- 2 – as respostas e informações enviadas pela Secretaria de Estado de Educação à Prefeitura Municipal de Barão de Monte Alto, referentes ao projeto Mãos Dadas;
- 3 – o termo de adesão ao projeto Mãos Dadas firmado entre a Prefeitura Municipal de Barão de Monte Alto e o Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.673/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o número total de escolas estaduais situadas em zona rural ou que atendem comunidades da zona rural; o número total de escolas quilombolas e indígenas e os municípios onde estão localizadas; o número de estudantes atendidos, o número de professores lotados nessas escolas e as modalidades de ensino

oferecidas, bem como sobre os serviços de saneamento (água; água e coleta de esgoto; água, coleta e tratamento de esgoto) de que essas escolas dispõem.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, a proposição foi encaminhada a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo visa obter da secretária de Estado de Educação informações quantitativas e qualitativas diversas sobre escolas estaduais que atendem a comunidades da zona rural.

Atualmente há uma grande defasagem na divulgação de dados e informações relativas à dinâmica das redes de ensino em nível estadual. O *site* da Secretaria de Estado de Educação não apresenta tais informações de forma sistematizada e aberta à consulta dos cidadãos. Já os dados compilados em nível federal, em sinopses estatísticas e resumos técnicos, não contêm os detalhamentos necessários. A extração de dados do censo escolar exige um grande esforço do usuário para coletar informações por unidade federada, necessárias à elaboração de diagnósticos sobre a rede física, funções docentes e outros aspectos da oferta de educação no Estado.

Dessa forma, consideramos justificável o pedido de informações em tela, pois elas fornecerão subsídio para o acompanhamento qualificado dos parlamentares quanto ao atendimento educacional oferecido pelas escolas da rede estadual de ensino e as condições relacionadas a este atendimento.

No exercício da competência fiscalizadora do Poder Legislativo sobre os atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado, com o respaldo do § 2º do art. 54 da Constituição do Estado, a Mesa da Assembleia pode encaminhar pedido escrito de informação a secretário de Estado, importando em crime de responsabilidade a prestação de informação falsa, a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias. Não há, portanto, impedimentos jurídicos para que a proposição em tela seja aprovada.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 9.673/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.678/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em tela, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o número de profissionais da educação que receberam a ajuda de custo mencionada pelo governador em entrevista concedida ao canal do Youtube “Cortes do Flow”, em 20 de outubro de 2021; o montante repassado a esses profissionais por meio dessa ajuda de custo; o período em que foi paga; os critérios adotados para sua concessão; e a norma que instituiu esse auxílio.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, a proposição foi encaminhada a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise tem por finalidade obter informações do governador do Estado a respeito de uma ajuda de custo que, segundo afirmou em entrevista ao canal do Youtube “Flow Podcast”, veiculada no “Cortes do Flow”, teria sido concedida aos profissionais da educação em Minas Gerais.

É atribuição constitucional privativa da Assembleia Legislativa a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, conforme estabelecido no inciso XXXI do art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais. Além disso, o pedido de informações do Poder Legislativo a autoridades do Poder Executivo integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado pelo inciso II do § 1º do art. 73 da Constituição Estadual.

Entretanto, a Constituição do Estado, em dispositivo similar ao da Constituição da República (art. 50), não menciona o governador ao estabelecer hipóteses de pedido escrito de informação a autoridades públicas. Assim, preliminarmente a considerações de mérito do pedido, a proposição encontra os óbices quanto ao destinatário do pedido de informação e, portanto, não pode prosperar.

Em casos como o da proposição em análise, geralmente se apresenta substitutivo para redirecionar o requerimento a outra autoridade que, responsável pela gestão da política pública afim, esteja entre os destinatários admitidos no texto constitucional. Assim, propomos, por meio do Substitutivo nº 1, encaminhar o pedido de informações à titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para que esclareça sobre a referida ajuda de custo, especificando o número de profissionais da educação que a receberam; o montante repassado; o período em que foi paga; os critérios adotados para sua concessão; e a norma que instituiu esse auxílio.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 9.678/2021 na foma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a ajuda de custo mencionada pelo governador do Estado em entrevista concedida ao canal do Youtube “Flow Podcast”, veiculada no “Cortes do Flow”, em 20/10/2021, especificando: o número de profissionais da educação que a receberam; o montante repassado; o período em que foi paga; os critérios adotados para sua concessão; e a norma que instituiu esse auxílio.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com Apua Várzea das Flores pelos 18 anos de sua fundação e pelo nobre trabalho que vem sendo desenvolvido em prol da proteção, defesa e preservação do meio ambiente, em especial da represa Várzea das Flores (Requerimento nº 9.457/2021, da deputada Ana Paula Siqueira);

de pesar pelo falecimento de Lúcio Marcos Bemquerer, ocorrido em 23/10/2021 (Requerimento nº 9.606/2021, do deputado Gustavo Santana);

de congratulações com os Supermercados Rena pelos 55 anos de sua fundação (Requerimento nº 9.610/2021, do deputado Gustavo Mitre).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 8.671/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/7/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para agilizar a inserção de manilhas no Rio Gorutuba, conforme projeto que segue anexo.

Requer ainda seja encaminhado ao referido órgão o Projeto Rio Gorutuba – Revitalização e inserção de manilhas no Rio Gorutuba.

Sala das Reuniões, 7 de julho de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

REQUERIMENTO Nº 9.569/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “b”, do Regimento Interno, seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Wilson Pires Neves.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação a Wilsinho Pires na Rua Capitão Leonardo, 136, Grão Pará, Teófilo Otoni, CEP:39800-144 e a Frederico Pacheco Neves na Rua Carlos Leonardt, 140, Bairro Ipiranga, Teófilo Otoni, CEP:39801-017.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2021.

Gustavo Santana (PL)

Justificação: Com profundo pesar que comunico à Casa o falecimento do médico e nosso colega ex-deputado Wilson Pires Neves, ocorrido no dia de hoje, terça-feira, 26 de Outubro de 2021, na cidade de Teófilo Otoni.

Dr. Wilson Pires, era médico ortopedista de formação, conhecido em toda região pelo seu profissionalismo e brilhantismo no exercício da sua profissão. Foi um dos fundadores do Hospital São Lucas.

Em 1990, foi eleito Deputado Estadual para a 12ª Legislatura da ALMG. Atuou com exímia competência nas mazelas e anseios da população. Seu mandato foi marcado pela sua garra, entusiasmo, seriedade, e principalmente, pela sua luta incansável em busca do desenvolvimento dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

No âmbito familiar, era um pai dedicado e amoroso para seus filhos Wilsinho, Fred e Luciana. Sua família era sua maior felicidade.

Foi um homem revolucionário, seu legado de exemplos e amor pelo povo mineiro serão para sempre lembrados.

Fica aqui registrada, Senhor Presidente, a manifestação de nosso profundo sentimento por mais esta lacuna que se abre no quadro de valores da nossa política. E com dispensa de pareceres técnicos, solicito que este voto de pesar seja inserido nos Anais desta Casa, dando-se dele conhecimento à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 9.701/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha e do deputado André Quintão aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, ao Instituto Mineiro de Agropecuária e à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais pedido de providências para a imediata execução do Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica em Minas Gerais – Planera.

Sala das Reuniões, 15 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 9.836/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que oriente o Município de Guaranésia sobre as alternativas de financiamento dos serviços socioassistenciais prestados por entidades sociais, conforme previsto nas normativas da política de assistência social, de modo a atender as necessidades das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.837/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para alocação de recursos na Ação 1066 – Transferência de Renda para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social – para estruturação de programa continuado de transferência de renda, demanda resultante do processo de discussão participativa para revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2022.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.838/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para alocação de recursos na Ação 1066 – Transferência de Renda para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social –, para estruturação de programa continuado de transferência de renda no

Estado, demanda resultante do processo de discussão participativa para revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2022.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.839/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para dar continuidade à implantação dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – Creas – regionais, conforme meta pactuada no Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.840/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que no âmbito da Ação 4535 – Rede Cuidar: Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Suas – seja proporcionado apoio técnico e financeiro aos Centros-Dia das Apaes.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.841/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para alocação de recursos na Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social Fixo – para o reajuste do Piso Mineiro a partir de janeiro de 2022, com a finalidade de atender as reais demandas dos municípios quanto aos benefícios eventuais, bem como de possibilitar a utilização mais ampla dos recursos em outros serviços tipificados, visto que o valor do cofinanciamento praticado é insuficiente para execução de forma qualificada de todas as ações permitidas na Ação 4132.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.843/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 1039 – Enfrentamento à Violência Contra a Mulher –, do Programa 5 – Investigação –, adotar medidas de fortalecimento e intensificação de ações da campanha “O silêncio também mata, Não se cale!, Denuncie!”, em todas as regiões do Estado, a fim de encorajar mulheres em situação de violência e pessoas que presenciem ou tomem conhecimento dessa violência a romper com o silêncio e denunciá-la.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.844/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que promova a divulgação detalhada, regular e de fácil acesso e compreensão, em seu *site* institucional, de dados e informações sobre todo tipo de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos no Estado, notadamente a violência sexual, especificando-se o tipo de violência praticada, a idade e o gênero da vítima, o município de ocorrência, entre outros dados que favoreçam o princípio da publicidade, bem como o acompanhamento e o controle social em relação a esse problema e aos resultados da política de segurança pública do Estado.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.845/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que promova a divulgação detalhada, regular e de fácil acesso e compreensão, em seu *site* institucional, de dados e informações sobre todo tipo de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos no Estado, notadamente a violência sexual, especificando-se o tipo de violência praticada, a idade e o gênero da vítima, o município de ocorrência, entre outros dados que favoreçam o princípio da publicidade, bem como o acompanhamento e o controle social em relação a esse problema e aos resultados da política de segurança pública do Estado.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.846/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 1067 – Projeto Delegacia Rural –, do Programa 5 – Investigação –, ampliar o número de delegacias especializadas em investigação e repressão a crimes rurais, a fim de

potencializar a apuração de crimes ocorridos nas zonas rurais de todo o Estado, com a responsabilização dos autores e consequente redução dos índices de criminalidade referentes a essa modalidade.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.847/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Aquisição de viaturas para o patrulhamento e policiamento ostensivo de meio ambiente da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – com vistas a coibir a prática de crimes ambientais, especialmente queimadas irregulares, e fortalecer a patrulha rural

Regionalização: Estadual

Valor: R\$1.000.000,00

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4058 – Policiamento Ostensivo de Meio Ambiente

UO: Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG

Projeto/Atividade: Fortalecimento do policiamento ostensivo nas zonas rurais do Estado

Regionalização: Estadual

Valor: R\$1.000.000,00

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4507 – Segurança Rural

UO: Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG

Projeto/Atividade: Fortalecimento das Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica do Estado

Regionalização: Estadual e Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R\$500.000,00, sendo R\$300.000,00 para Estadual e R\$200.000,00 para o Vale do Mucuri (Região Intermediária de Teófilo Otoni)

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4432 – Prevenção à Violência Doméstica

UO: Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.848/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que intensifique o policiamento no transporte público da Região Metropolitana de Belo Horizonte, dentro e fora dos coletivos (pontos de ônibus e estações de integração), a fim de aumentar a sensação de segurança dos usuários do sistema e coibir as práticas criminais.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.849/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que intensifique a realização de operações policiais com vistas a coibir delitos cujas vítimas são pessoas que exerçam atividade profissional de transporte de passageiros individuais (taxistas e motoristas de aplicativo) ou de entrega de mercadoria (entregadores de aplicativo).

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.850/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4166 – Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (Gepar) –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, ampliar o número de localidades que contam com o Gepar, a fim de potencializar a prevenção de crimes, com consequente redução dos índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.851/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4558 – Modernização e Estruturação da Polícia Militar de Minas Gerais –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, instalar câmeras nos uniformes dos policiais militares do Estado, visando esclarecer e, principalmente, evitar situações relacionadas a comportamentos inadequados em abordagens policiais.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.852/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4169 – Bases Comunitárias –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, ampliar o número de Bases Móveis da PMMG, a fim de potencializar a prevenção de crimes, com conseqüente redução dos índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.853/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4048 – Policiamento Ostensivo Geral –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, fomenta ações preventivas de enfrentamento da prática do delito de importunação sexual no transporte público, com posterior divulgação dos resultados dessas ações à sociedade.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.854/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, fortaleça o sistema de videomonitoramento Olho Vivo nos municípios em que ele já tenha sido implementado e promova novas instalações naqueles que ainda não dispõem desse recurso, considerando os efeitos benéficos do uso dessa ferramenta pela PMMG, a exemplo do aumento da sensação de segurança e do efeito dissuasor em relação à prática de atos criminosos, o que acaba por repercutir positivamente na política de segurança pública do Estado.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.855/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos

regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, intensifique, em todo o Estado, a promoção de ações de policiamento ostensivo com vistas à prevenção da criminalidade em áreas comerciais, por meio de campanhas educativas, do aumento do número de abordagens a indivíduos suspeitos, do fomento de redes de comerciantes protegidos, da ampliação do sistema de videomonitoramento Olho Vivo e do trabalho articulado junto a outros órgãos de segurança pública, no intuito de reduzir as taxas de criminalidade de que são vítimas os comerciantes e consumidores.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.856/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Instalação de unidade do CBMMG na Região Intermediária de Teófilo Otoni

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R\$1.000.000,00, para os Municípios de Itaobim e de Pedra Azul

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais

UO: CBMMG

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.857/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que estude a viabilidade de ampliação das regiões do Estado atendidas no âmbito da política pública de defesa civil e gestão de respostas a desastres e emergências do CBMMG, conforme o Plano de Comando 2015-2026, 4ª edição.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.858/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na execução da Ação 4472 – Gestão da Resposta a Desastres –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à gestão de respostas a desastres e emergências, no escopo da política pública de defesa civil.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.859/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4472 – Gestão da Resposta a Desastres –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à gestão de respostas a desastres e emergências, no escopo da política pública de defesa civil.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.860/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na execução da Ação 4484 – Recrutamento, Treinamento e Formação de Bombeiros –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à capacitação de militares e civis em atividades de prevenção e resposta a desastres, no escopo da política pública de defesa civil.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.861/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4484 – Recrutamento, Treinamento e Formação de Bombeiros –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à capacitação de militares e civis em atividades de prevenção e resposta a desastres, no escopo da política pública de defesa civil.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.862/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para, não havendo possibilidade de utilização de recursos destinados à instalação de unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no Município de Pedra Azul, alocados na Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, com sugestão de remanejamento para a Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, que esses recursos sejam remanejados para a aquisição de materiais e equipamentos para outras unidades do CBMMG, preferencialmente as que atendem o Município de Pedra Azul.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.863/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para, não havendo possibilidade de utilização de recursos destinados à instalação de unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no Município de Pedra Azul, alocados na Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, com sugestão de remanejamento para a Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, que esses recursos sejam remanejados para a aquisição de materiais e equipamentos para outras unidades do CBMMG, preferencialmente as que atendem o Município de Pedra Azul.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.864/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para, não havendo possibilidade de utilização de recursos destinados à instalação de unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no Município de Pedra Azul, alocados na Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, com sugestão de remanejamento para a Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, que esses recursos sejam remanejados para a aquisição de materiais e equipamentos para outras unidades do CBMMG, preferencialmente as que atendem o Município de Pedra Azul.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.866/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade: Realização de projeto-piloto nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri para viabilizar a criação e implantação de uma plataforma georreferenciada de coleta e sistematização de dados que propicie a geração de estatísticas e informações sobre o setor cultural.

Valor: R\$250.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Festivale

Valor: R\$250.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: 1º Festival de Arte Urbana e Hip Hop de Machado e região

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Varginha

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização de encontros de folia de reis e culturas tradicionais, para o vale do Mucuri, vale do Jequitinhonha e o sul de Minas (3 eventos)

Valor: R\$300.000,00 (R\$100.000 por evento)

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Varginha, Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Apoio à realização do Arte Mercado, no Mercado Velho de Diamantina

Valor: R\$70.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Mapeamento do circo tradicional nômade em MG

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Desenvolvimento do centro de referência do circo, na cidade do Circo (antiga estação Gameleira)

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte

Categoria econômica da despesa: Capital

Projeto / Atividade: Realização do Festival de Cultura Popular do Alto Jequitinhonha – Jequitifest

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização de festivais de quadrilhas, no Vale do Jequitinhonha (Salto da Divisa, Araçuaí, Felisburgo, Jequitinhonha do Alto Jequitinhonha)

Valor: R\$200.000,00 (R\$50.000 por evento)

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização de atividades e eventos relacionados ao circo: Circolab / Ações artísticas em 5 cidades da estrada real / Instalação circulação da lona Circomunidade – 3 eventos e aquisição da lona

Valor: R\$632.000,00, dos quais:

R\$100.000,00 para Circolab

R\$100.000,00 para ações artísticas em cinco municípios da Estrada Real

R\$180.000,00 para instalação da lona Circomunidade

R\$252.000,00 para circulação da lona Circomunidade

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Capital (R\$180.000,00), Corrente (R\$452.000,00)

Projeto / Atividade: Realização da Mostra Cultural Bastião Mão de Onça, no município de Medina

Valor: R\$50.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do FESTTINHO e do FESTTO em Teófilo Otoni

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Manutenção das atividades culturais do Centro Educacional para Infância e Adolescência do Município de Pavão – Ceia –, para desenvolvimento de oficinas artísticas de teatro/dança, canto/instrumentos, artesanato para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no contraturno escolar

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Festa de São João Batista no município de Bertópolis

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Apoio para realização do projeto “Qual seu Santo”, do CENARAB, em Belo Horizonte

Valor: R\$200.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Viabilizar a primeira edição do Festival Literário Internacional Auguste de Saint-Hilaire, a ser realizado nos municípios de Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro, em formato híbrido, durante 9 dias

Valor: R\$400.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte, Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Criação de biblioteca itinerante municipal em Espera Feliz

Valor: R\$300.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Juiz de Fora

Categoria econômica da despesa: Capital

Projeto / Atividade: Realização do III Encontro das Congadas Mirins e o I Encontro Regional da Juventude Congadeira em Machado

Valor: R\$135.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Varginha

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Mucuriarte

Valor: R\$250.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Festival Nacional da Canção de Águas Formosas – Fenacaf

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização da Mostra Puxadinho em Belo Horizonte

Valor: R\$20.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização “Viola de Feira”, em Carbonita, Diamantina, Bocaiúva, Araçuaí, Itamarandiba, Belo Horizonte, Santa Helena de Minas e Teófilo Otoni.

Valor: R\$400.000,00 (R\$50.000,00 por evento)

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte, Região Intermediária Montes Claros, Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Festival de Artes Cênicas, em Conselheiro Lafaiete

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Barbacena

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Intervenções na infraestrutura do Centro Regional de Artesanato Maria dos Anjos Macedo – Cramam – e Apoio à implantação do Centro de Atividade Artística e Cultural – CAAC –, ambos no Município de Sete Lagoas

Valor: R\$400.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte

Categoria econômica da despesa: Capital

Projeto / Atividade: Publicação de livro sobre o patrimônio imaterial do município de Pompéu e adjacências

Valor: R\$50.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Divinópolis

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Implementação da Medalha da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização de editais, por meio do FEC, para as bandas de música civis existentes em Minas Gerais.

Valor: R\$500.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4291 – Apoio a projetos culturais por meio do Sistema de Financiamento à Cultura

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade – Realização de mostra de artesanato típico da região do Vale do Jequitinhonha na Universidade Federal de Minas Gerais, *campus* Pampulha, e realização da 2ª mostra itinerante das mulheres de Poté.

Valor: R\$150.000,00, sendo R\$100.000,00 para a mostra de artesanato da UFMG e R\$50.000,00 para a mostra itinerante das mulheres de Poté

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4279 – Artesanato mineiro para o desenvolvimento regional, prevista no programa 064 – Caminhos para o desenvolvimento – Desenvolvimento e integração regional

UO: 1221 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Regionalização: Região Intermediária de Belo Horizonte e Região Intermediária de Teófilo Otoni

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.867/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para as demandas de povos tradicionais indígenas, quilombolas e de comunidades de terreiro.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.868/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para o *rock* independente.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.869/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para a Cozinha Mineira, com especial atenção às peculiaridades da região de Pompéu, no Baixo Paraopeba.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.870/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para a realização de festivais e outros eventos e atividades que relacionem cultura, reciclagem e meio ambiente nas escolas mineiras.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.871/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pedido de providências para que analise a viabilidade de programar os estudos técnicos necessários ao reconhecimento do circo tradicional nômade como patrimônio cultural do Estado.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.872/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de revitalização do Programa Bandas de Minas.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.873/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de retomada do Programa Circula Minas, com destinação de recursos para a circulação de grupos de cultura popular de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.874/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de reativação de escritórios regionais da antiga Secretaria de Estado de Cultura, para permitir maior descentralização das ações da atual Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e facilitar o acesso dos agentes e grupos culturais aos mecanismos de fomento e às demais políticas públicas da área.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.875/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para a circulação e divulgação de obras literárias, como consta do escopo do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, cuja minuta foi resultado do evento Semeando Letras, parceria entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a então Secretaria de Estado de Cultura e diversas entidades da sociedade civil desse segmento cultural.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.876/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 136/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, pedido de providências para que priorize a pavimentação dos seguintes trechos rodoviários:

– MGC-262, estrada estadual que liga o Município de Sabará à BR-381, nas proximidades do Distrito de Ravena;

– LMG-744, que liga a cidade de Marilac ao entrocamento de São José da Safira e Nacip Raydan.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.877/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 136/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que

priorize a conservação, recuperação e pavimentação de todos os segmentos da BR-367 em Minas Gerais, inclusive, se necessário, com eventual assunção pelo Estado dos trechos sob gestão federal.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.878/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 136/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam realizados os projetos de pavimentação das Rodovias MG-108, no trecho que liga Mutum a Aimorés, e LMG-214, no trecho que liga Senador Modestino Gonçalves a Capelinha.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.879/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 137/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências solicitando o aumento do número de servidores que atuam na fiscalização de transporte realizada pelo DER-MG em todo o Estado.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.880/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 137/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências solicitando o aumento do número de servidores que atuam na fiscalização de transporte realizada por esse órgão em todo o Estado.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.881/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021, apresentada por Flávia Assis Alves, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir,

demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Ampliar para 150 o número de empreendimentos econômicos solidários apoiados, totalizando no mínimo 10 empreendimentos nas 15 regionais do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária

Regionalização: Estadual

Valor: R\$500.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Estruturação de espaços para comercialização dos produtos da Economia Popular Solidária

Regionalização: Estadual

Valor: R\$480.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Formação e assessoramento dos empreendedores solidários, técnicos das entidades de assessoria e fomento à Economia Popular Solidária, associações e cooperativas da Economia Popular Solidária e gestores que atuam na área

Regionalização: Estadual

Valor: R\$300.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Assessoramento e apoio técnico a moradores de ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, visando à criação e ao desenvolvimento de empreendimentos para a geração de renda

Regionalização: Estadual

Valor: R\$100.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4076 – Promoção de ações de fomento à geração de renda e empreendedorismo

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.883/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021, apresentada por Flávia Assis Alves, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, na execução da Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária –, sejam realizadas ações de fomento aos empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua, por meio de atividades de formação, capacitação e assessoramento técnico.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.884/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021, apresentada por Flávia Assis Alves, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que avalie a possibilidade de apoiar iniciativas de assessoramento a empreendimentos da economia popular solidária formados por catadores de materiais recicláveis, agricultores familiares e recuperandos de Apacs, entre outros grupos, nas regiões de Uberlândia e Patos de Minas.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.885/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021, apresentada por Flávia Assis Alves, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que avalie a necessidade de implantar ação específica de geração de trabalho e renda para mulheres atendidas pelo Programa Bolsa Família na região do Alto Paranaíba.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.886/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 139/2021, apresentada por Danilo Marinho Lamêgo Borges, da Câmara Municipal de Araçuaí, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que avalie a possibilidade de incentivar os municípios a realizarem ações de esterilização cirúrgica (castração) de cães e gatos, no âmbito da Vigilância Ambiental.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.887/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021, apresentada por João Humberto Zago, da Jh9.Org, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Promover iniciativas inovadoras de fomento e promoção de negócios para o desenvolvimento das regiões de Minas Gerais, em complemento às vocações regionais consolidadas, ampliando a competitividade regional, em especial dos pequenos e médios negócios locais.

Regionalização: estadual

Valor: R\$100.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 1018 – Fomento aos Negócios – UO: Sede

Projeto / Atividade – Apoiar iniciativas e projetos voltados para o desenvolvimento do artesanato em Minas Gerais, visando ao acesso a novos mercados, ao estímulo ao cooperativismo e ao empreendedorismo como alternativa para os artesãos conquistarem sua autonomia e entenderem sua arte como negócio sustentável, além de promover o assessoramento para criação e gestão de cooperativas de artesanato.

Regionalização: estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4279 – Artesanato Mineiro para o Desenvolvimento Regional – UO: Sede

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.888/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021, apresentada por João Humberto Zago, da Jh9.Org, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que o município implemente políticas públicas de regularização fundiária no âmbito do Programa Mineiro de Regularização Territorial – Minas Reurb.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.889/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021, apresentada por João Humberto Zago, da Jh9.Org, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e

Turismo pedido de providências para a criação da Casa do Artesão Mineiro, visando ao fortalecimento e à consolidação de ações de comercialização do artesanato mineiro, incluída a gastronomia.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.890/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021, apresentada por João Humberto Zago, da Jh9.Org, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para a criação da Casa do Artesão Mineiro, visando ao fortalecimento e à consolidação de ações de comercialização do artesanato mineiro, incluída a gastronomia.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.891/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 142/2021, apresentada por Miguel Pinto da Silva e Emerson Rodrigues Cunha, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam assegurados os recursos necessários para o aprimoramento da fiscalização de cargas de animais nas rodovias pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, com novos veículos e servidores em quantidade suficiente, diante da iminente retirada da obrigatoriedade de vacinação contra a febre aftosa e consequente declaração do território mineiro como livre de aftosa sem vacinação.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.892/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 142/2021, apresentada por Miguel Pinto da Silva e Emerson Rodrigues Cunha, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, pedido de providências para que estude a possibilidade de, por meio de parcerias, promover a instalação de laboratório de análise de plantas apícolas com ênfase na análise da própolis verde no Estado, em face da importância socioeconômica do segmento apícola como um todo e da própolis verde como produto de exportação.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.893/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 142/2021, apresentada por Miguel Pinto da Silva e Emerson Rodrigues Cunha, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Pesquisa

Agropecuária do Estado de Minas Gerais – Epamig –, pedido de providências para que estude a possibilidade de, por meio de parcerias, promover a instalação de laboratório de análise de plantas apícolas com ênfase na análise da própolis verde no Estado, em face da importância socioeconômica do segmento apícola como um todo e da própolis verde como produto de exportação.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.894/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 154/2021, apresentada por Ana Clara Martins Albuquerque, do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que sejam priorizados, no âmbito da Ação 4415 – Recrutamento, Seleção, Formação, Capacitação e Treinamento dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública –, do Programa 139 – Gestão Integrada de Segurança Pública –, cursos para capacitação e formação continuada dos servidores que atuam no sistema socioeducativo.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.896/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 156/2021, apresentada por Murilo Matias de Souza e outros, da Universidade Federal de Uberlândia – Articulação Mineira de Agroecologia, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que conheça o material pedagógico produzido pela Universidade Federal de Uberlândia e avalie a possibilidade de utilizá-lo na execução da Ação nº 4328 – Educação das Relações Étnico-raciais –, vinculada ao Programa 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.897/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 156/2021, apresentada por Murilo Matias de Souza e outros, da Universidade Federal de Uberlândia – Articulação Mineira de Agroecologia, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a viabilidade de instituir apoio a projetos profissionais de estudantes egressos das Escolas Família Agrícola – Efas –, escolas do campo e escolas técnicas agrícolas.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.898/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 157/2021, apresentada por Itamar Rodrigues, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que utilize os Núcleos de Tecnologia Educacional como plataforma de capacitação de professores para o uso de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC – e para inovação em sala de aula.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.899/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 143/2021, apresentada por José Ribeiro, do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade: Promover e fomentar a prática esportiva entre os povos indígenas

Valor: R\$249.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4531 – Promoção dos Jogos Indígenas

UO: 1481 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.901/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 158/2021, apresentada por João Humberto Zago, da Jh9.Org, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que avalie a possibilidade de abrir linha de financiamento de projetos de pesquisa sobre a terapia de hidrogênio.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.902/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 159/2021, apresentada por Gustavo Ferreira Silva Carreiros, da Prefeitura Municipal de Bertópolis, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para que preste orientação e apoio à elaboração de projeto de restauração da Igreja Matriz de Santana dos Ferros, em Guaraciaba, bem como à captação de recursos para sua realização.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.903/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que aprimore sua infraestrutura de distribuição de energia elétrica, especialmente por meio da implantação de novas subestações de distribuição e da extensão de linhas de subtransmissão e de distribuição para conexão de projetos de geração distribuída de energia elétrica.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.904/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais proponha a atualização do Convênio Confaz nº 101/1997, de modo a contemplar os equipamentos solares fotovoltaicos – como inversores, estruturas, stringbox, gerador CA e sistemas de armazenamento – e os insumos produtivos desses equipamentos, de forma a garantir a isonomia tributária.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.905/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais proponha a atualização do Convênio Confaz nº 101/1997, de modo a contemplar os equipamentos solares fotovoltaicos – como inversores, estruturas, stringbox, gerador CA e sistemas de armazenamento – e os insumos produtivos desses equipamentos, de forma a garantir a isonomia tributária.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.906/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais estenda o prazo de validade do benefício instituído pelo art. 48 da Lei nº 22.549, de 2017, levando em consideração a alteração no inciso III do § 2º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 160, de 2017.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.907/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais estenda o prazo de validade do benefício instituído pelo art. 48 da Lei nº 22.549, de 2017, levando em consideração a alteração no inciso III do § 2º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 160, de 2017.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.908/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 161/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que amplie a infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica para a Região Norte, particularmente para as usinas solares fotovoltaicas, em consonância com os estudos elaborados em 2020 pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e que, em especial, envide esforços para executar nessa região os investimentos de pequena monta e que possam ser implementados via processo autorizativo.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.909/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 161/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que, com apoio da Secretaria de

Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, se articule com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – para que sejam agilizados e priorizados leilões dos projetos de transmissão, de novas linhas e de aumento de capacidade conforme estudo sobre a Região Norte de Minas, realizado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.911/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Instalação de três plataformas de monitoramento hidrometeorológico do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade para medição da qualidade e quantidade de água, a fim de identificar os conflitos pelo uso da água na região, bem como monitorar a presença de agrotóxicos nas águas.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$156.000,00

Categoria Econômica da Despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4265 – Monitoramento Hidrometeorológico – UO: Igam.

Projeto / Atividade – Realizar o monitoramento mensal das águas do Rio Jequitinhonha, com a finalidade de identificar o grau de contaminação por mercúrio e ou outros contaminantes derivados do garimpo.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$168.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4265 – Monitoramento Hidrometeorológico – UO: Igam.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.912/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 143/2021, apresentada por Tiago José Ribeiro, da Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que publique editais da Lei de Incentivo ao Esporte direcionados a projetos com maior dificuldade de captação executados por entidades privadas sem fins lucrativos.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.913/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 143/2021, apresentada por Tiago José Ribeiro, da Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que analise a viabilidade de instituir fundo contábil destinado à promoção do esporte, nos moldes do Fundo Estadual de Cultura.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.914/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Edvaldo Campos Matos, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4547 – Monitoramento da Qualidade da Água –, realize o monitoramento mensal das águas do Rio Jequitinhonha, com a finalidade de identificar o grau de sua contaminação por mercúrio e outros contaminantes derivados do garimpo.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.915/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Edvaldo Campos Matos, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, seja dada atenção especial à gestão das áreas de conflito pelo uso dos recursos hídricos nas sub-bacias hidrográficas do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.916/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Edvaldo Campos Matos, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, sejam realizadas ações voltadas para o combate à contaminação por agrotóxicos.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.917/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Edvaldo Campos Matos, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, sejam promovidas atividades de recuperação e conservação das nascentes e de construção de barramentos de pequeno ou médio porte nos afluentes do Rio Araçuaí, com objetivo de promover o controle de vazão nesse curso d'água.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.918/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 145/2021, apresentada por Igor Lopes Braga e outros, da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade – Promoção e disseminação de capacitação sobre as tecnologias de elaboração de biofertilizante, bem como sobre sua aplicação, por meio de minicursos, cartilhas e palestras, preferencialmente a ser executado pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Fadecit.

Regionalização: estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4069 – Atividade de extensão universitária – UO: Uemg

Projeto/Atividade – Incentivo à agricultura urbana e periurbana de base agroecológica nos 118 municípios do território Sul de Minas.

Regionalização: RI Varginha e Pouso Alegre.

Valor: R\$500.000,00, sendo R\$250.000 em cada RI.

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4245 – Agricultura Urbana – UO: Seapa

Projeto/Atividade – Projeto de fomento à cadeia produtiva da piscicultura no Norte de Minas, por meio de desenvolvimento de infraestrutura e fornecimento de subsídios para financiamento de projetos na Bacia do Rio São Francisco, em parceria com a Codevasf e o DNOCS.

Regionalização: RI Montes Claros, RI Teófilo Otoni e demais regiões que compõem a Bacia do Rio São Francisco.

Valor: R\$500.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4516 – Diagnóstico das Cadeias Produtivas da Agropecuária UO: Seapa

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.919/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Edvaldo Campos Matos e outros, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha – Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CRSAN Triângulo I – Câmara Municipal de Araçuaí – Agência para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Serra Geral, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, seja analisada a viabilidade de elaboração de estudo técnico para recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.921/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 145/2021, apresentada por Igor Lopes Braga e outros, da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que se empenhe no desenvolvimento, em parceria com prefeituras e organizações da sociedade civil, de projetos de agricultura urbana e periurbana nos municípios do Sul de Minas, por meio da aplicação de recursos redirecionados para a Ação 4245.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.922/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 163/2021, apresentada por Luciano Amador dos Santos Júnior, do Instituto Auguste de Saint Hilaire, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências solicitando a execução dos projetos e atividades demandados pela população

e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.923/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 164/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4390 – Elaboração e Atualização dos Instrumentos de Planejamento de Recursos Hídricos –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, seja elaborado o enquadramento dos seguintes cursos d'água: Rio da Prata/Tijuco, da nascente do Rio Piracanjuba até a foz (49°51'42,667"w 18°48'24,006"s); Rio Tijuco, da nascente até a foz (50°5'5,584"w 18°39'55,832"s); e Rio Arantes, da nascente até a foz (50°44'33,564"w 19°12'57,832"s).

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.924/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Construção de um viveiro de mudas na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localiza no Município de Machado, voltado para o cultivo de mudas de espécies nativas da região, para a realização de ações de semeadura, de plantio de mudas e de cercamento de áreas protegidas e, ainda, a criação do espaço denominado Sala Verde, destinado à realização de atividades de educação ambiental.

Regionalização: RI Varginha

Valor: R\$100.000,00

Categoria Econômica da Despesa: despesa corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4276 – Recuperação Ambiental – UO: Instituto Estadual de Florestas – IEF

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.925/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Moisés Inácio Franco, da Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a quitação do passivo do Programa Bolsa Verde referente aos editais abertos nos anos de 2010 e 2011, bem como para que estude a possibilidade de abertura de novos editais do programa.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.926/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Moisés Inácio Franco, da Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a recuperação da vegetação no entorno da barragem localizada no Rio Mosquito, no Município de Serranópolis.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.927/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Moisés Inácio Franco, da Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que estude a viabilidade de executar ações de preservação das nascentes e de recuperação da mata ciliar da Bacia do Rio Machado.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.929/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Moisés Inácio Franco, da Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para o desenvolvimento de projetos ambientais na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localizada no Município de Machado, em especial a construção de um viveiro de mudas de espécies nativas da região e a realização de ações de semeadura, de plantio de mudas e de cercamento de áreas protegidas, tendo em vista o aporte de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na Ação 4276 – Recuperação Ambiental – para esse fim.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.930/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Moisés Inácio Franco, da Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que estude maneiras de apoiar a Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localizada no Município de Machado, na criação de uma Sala Verde, espaço destinado à realização de ações de educação ambiental, tendo em vista o aporte de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, voltada para a criação de um viveiro de mudas e para a implantação da referida Sala Verde.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.931/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências solicitando a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Implantação de 100 unidades de sistemas integrados de tratamento de esgoto em áreas rurais (50 para a bacia do Rio Doce e 50 para Jequitinhonha), utilizando tecnologias sociais, nos municípios da bacia do Rio Doce e Jequitinhonha, sendo priorizados os municípios de menor IDH.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$500.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento – UO: Semad

Projeto / Atividade – Elaboração de projetos de saneamento rural visando a descontaminação/despoluição das águas da Represa de Furnas e dos Rios Verde e Machado.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$450.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento – UO: Semad

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.932/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 120 – Gestão Ambiental e Saneamento, avalie a viabilidade da implantação de 1.000 fossas de evapotranspiração ou outros sistemas integrados de tratamento de esgotos que utilizem tecnologia social, nas áreas rurais dos municípios da Região Intermediária de Montes Claros, com prioridade para os municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.933/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que a implementação das Unidades Regionais de Saneamento Básico no Estado, em atendimento ao Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020), seja feita de forma a serem respeitados os elementos e os princípios do Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário – DHAES – e para que sejam comparados o modelo de regionalização adotado no Estado com outros no País, com foco na inclusão das populações em situação de vulnerabilidade, em especial as populações rurais. Especificamente, solicita-se atenção especial para as seguintes questões: 1) incluir os diversos grupos sociais nos processos decisórios; 2) atentar para os impactos da regionalização sobre a aplicação das tarifas sociais e a proteção dos usuários em maiores condições de vulnerabilidade; 3) verificar como as empresas poderiam ampliar o acesso da população rural e da população urbana em condições de vulnerabilidade aos serviços de água e esgotos; 4) verificar como os municípios com maior índice de vulnerabilidade estão inseridos nos arranjos regionais em Minas Gerais e nos outros modelos de regionalização no País; 5) verificar como os municípios com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e as populações em situação de vulnerabilidade, em especial as populações rurais, estão incluídas nos processos decisórios das unidades regionais; 6) verificar como as prestadoras podem garantir o acesso das populações vulnerabilizadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em especial as populações rurais.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.934/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – Copanor – pedido de providências para que sejam ampliados os serviços de coleta e tratamento de esgoto nos municípios do Vale do Jequitinhonha, em especial nos que estão localizados às margens dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.935/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie a organização, o fomento e a qualificação das organizações de catadores de material reciclável de base rural, de modo que possam ser beneficiadas futuramente com o incentivo do Bolsa Reciclagem.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.936/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 120 – Gestão Ambiental e Saneamento, avalie a viabilidade da implantação de sistemas integrados de saneamento rural nas comunidades quilombolas e indígenas da região do Vale do Mucuri, por meio das seguintes tecnologias sociais já testadas nessa região: Fossa Séptica Biodigestora ou Evapotranspiradora e Círculo de Bananeiras.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.937/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Contratação de projeto executivo para recuperação de bacia hidrográfica na bacia do Mucuri.

Regionalização: RI Teófilo Otoni

Valor: R\$250.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias– UO: Seapa

Projeto/Atividade – Contratação de plano de segurança e desassoreamento de barragens para a barragem do rio Mosquito, município de Serranópolis

Regionalização: RI Montes Claros

Valor: R\$1.000.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4494 – Gestão de barragens – UO: Seapa

Projeto/Atividade – Expansão da meta de distribuição de *kits* de irrigação do projeto Irriga Minas

Regionalização: Estadual

Valor: R\$528.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4492 – Irriga Minas – UO: Seapa

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.938/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para a elaboração de projeto para recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Mucuri, que contemple atividades de cercamento de nascentes, construção de barraginhas e terraceamentos, plantio de árvores nativas e frutíferas, patrolamento das estradas de acordo com as normas ambientais, proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APPs – e matas ciliares e implantação de agroflorestas, recuperação do solo e da água de áreas degradadas e de estradas vicinais, para garantir qualidade de vida por meio da produção sustentável e permitir abastecimento racional e o uso da água potável na região do Mucuri, com especial atenção às Sub-bacias dos Rios Piauí e Gravatá.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.939/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias –, sejam desenvolvidos e executados projetos para implantação de barragens e barraginhas e para a melhoria de infraestrutura para atendimento aos municípios da Bacia do Rio Doce.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.940/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja analisada a viabilidade de implantação de barraginhas, curvas de nível e projetos de recuperação de nascentes na Bacia do Rio Paraopeba, por meio da aplicação de recursos oriundos do acordo firmado com a mineradora Vale, em razão do rompimento da barragem em Brumadinho.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.941/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias –, seja analisada a viabilidade de implantação de estruturas para captação de águas de chuva por meio de barraginhas e caixas secas, principalmente nas regiões Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.942/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja analisada a viabilidade de implantação de barraginhas, curvas de nível e projetos de recuperação de nascentes na Bacia do Rio Paraopeba, por meio da aplicação de recursos oriundos do acordo firmado com a mineradora Vale, em razão do rompimento da barragem em Brumadinho.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.943/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias –, sejam destinados apoio e recursos

para os agricultores familiares para aquisição de madeira, telas e arames a serem utilizados na proteção, recuperação e preservação de nascentes.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.944/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4495 – Construção de Barragens –, seja dada especial atenção à região de Governador Valadares, assegurando atendimento ao Município de Resplendor.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.946/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 145/2021, apresentada por Igor Lopes Braga, da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, diante da alocação de recursos para a Uemg – no âmbito da Ação 4069, com o objetivo de promover e disseminar conhecimento sobre as tecnologias de elaboração de biofertilizantes, bem como sobre sua utilização, por meio de minicursos, cartilhas e palestras –, atue em parceria com a universidade e empenhe esforços para a consecução desses objetivos.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.947/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada por Cristina Bove, do CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO MUCURI, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Desenvolvimento da tecnologia social do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis

Regionalização: RI Belo Horizonte

Valor: R\$450.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4034 – Manutenção de Equipamentos e Políticas de Direitos Humanos

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Manutenção da Casa de Referência da Mulher Tina Martins

Regionalização: RI Belo Horizonte

Valor: R\$100.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4034 – Manutenção de Equipamentos e Políticas de Direitos Humanos

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Realização de ações educativas para crianças e adolescentes sobre a violência sexual e o trabalho infantil, nas regiões com maior índice de violência sexual, nos moldes do projeto Minas Agindo em Rede

Regionalização: Estadual

Valor: R\$300.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4116 – Promoção, Proteção e Reparação de Direitos Humanos

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Produção de diagnóstico quantitativo e qualitativo da situação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente no Estado

Regionalização: Estadual

Valor: R\$100.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4112 – Promoção da Cidadania e Participação Social

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.949/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada por Cristina Bove, do CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO MUCURI, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para apoiar, no âmbito de suas atribuições, o projeto Juntas Somos Mais Fortes, desenvolvido pela Associação de Bairros do Município de Teófilo Otoni, que tem como escopo a orientação das mulheres sobre seus direitos, o estímulo ao seu protagonismo e à sua autonomia econômica e a superação das situações de vulnerabilidade e violência.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.950/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que avalie a possibilidade de inclusão de bomba vibratória (bomba-sapo) nos kits que compõem o produto da Ação 4492 – Irriga Minas.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.951/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que analise a viabilidade de elaboração de estudo técnico que contemple a oferta de kits fotovoltaicos para energização de poços tubulares profundos de uso coletivo no semiárido mineiro e de sua inserção no orçamento para 2023.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.952/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada por Cristina Bove, do CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO MUCURI, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para apoiar, no âmbito de suas atribuições, o projeto Juventudes em Movimento, desenvolvido pela Associação de Bairros do Município de Teófilo Otoni, que tem por objetivo mapear, motivar e formar articuladores, fomentando a mobilização e a comunicação social, de modo a incentivar e potencializar, ainda, a participação dos jovens nos espaços de formulação e implementação das políticas públicas.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.953/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Claudia Emilia da Silva Pereira, da Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, seja analisada a viabilidade da implantação de estruturas para o cercamento e a proteção de nascentes nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.954/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Cristina Bove, do CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO MUCURI, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para priorizar a realização de campanhas amplas e permanentes acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, inclusive em rodovias estaduais, com a divulgação dos canais de denúncia, de dados e de informações inerentes, destacando-se o aumento do número desses casos durante a pandemia de Covid-19 no Estado e no País.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.955/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 168/2021, apresentada por Donizete Gonçalves, da Agência para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Serra Geral, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que seja dada especial atenção ao atendimento de demandas dos 15 municípios da Serra Geral, no semiárido mineiro, na execução da Ação 4095 – Implantação de Cisterna de Consumo –, referente à instalação de cisternas para reservação de água para consumo humano, além de cisternas de placas e cisternas de telhadão, de uso geral.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.956/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 169/2021, apresentada por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que analise a viabilidade de elaboração de projetos para construção de bacias de retenção de cheias (piscinões) nas bacias hidrográficas das regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, com o objetivo de amortecer as vazões das cheias e garantir a oferta adequada de água em qualidade e quantidade.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.957/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Cristina Bove, do CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO MUCURI, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para fomentar as

ações de prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes junto aos municípios, com o incremento dos equipamentos públicos de assistência social, principalmente nas regiões com maior taxa dessas ocorrências e/ou com menor Índice de Desenvolvimento Humano no Estado.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.958/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Cristina Bove, do CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO MUCURI, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para, no âmbito de suas atribuições, atuar no fortalecimento dos conselhos tutelares, inclusive com oferta de apoio técnico a esses colegiados, com foco na melhoria do atendimento prestado às crianças e aos adolescentes e na prevenção e mitigação das situações de vulnerabilidade e violência.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.959/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 170/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Apoio à realização da Feira Estadual da Agricultura Familiar – Agriminas,

Regionalização: RI Belo Horizonte

Valor: R\$400.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4424 – Apoio às Feiras Livres – UO: Seapa

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.960/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Cristina Bove, do CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO MUCURI, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ampliar as

ações e estratégias voltadas para o fortalecimento dos vínculos e o enfrentamento da violência de gênero, sobretudo da violência doméstica e familiar, e das demais violações de direitos humanos nos municípios da região do Vale do Mucuri.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.961/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 147/2021, apresentada por Cristina Bove, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Viabilizar moradias para a população em situação de rua, conforme os preceitos da política pública do Housing First (Moradia Primeiro).

Regionalização: estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4420 – Viabilização do Acesso à Habitação de Interesse Social – UO: Sedese

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.962/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 170/2021, apresentada por Cristina Bove, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que estude, em parceria com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes –, o desenvolvimento de projeto executivo para a estruturação de centro de distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares mineiros, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, e a possibilidade de alocação de recursos para essa finalidade no orçamento para o ano de 2023.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.963/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 148/2021, apresentada por Cristina Carrara, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de

discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Realização de pesquisa sobre leishmaniose, hanseníase e infecção pelo HPV, na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Regionalização: RI Teófilo Otoni

Valor: R\$ 500.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4349 – Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador

UO: Fundo Estadual de Saúde – FES

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.964/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 170/2021, apresentada por Rogério Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que estude, em parceria com entidades representativas da agricultura familiar, o desenvolvimento de projeto executivo para a criação de uma plataforma digital pública de apoio à comercialização e divulgação de produtos da agricultura familiar do Estado, com vistas à alocação de recursos no orçamento para 2023.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.965/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 171/2021, apresentada por Rogério Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que mobilize suas empresas vinculadas com o objetivo de realizar acompanhamento das alterações climáticas no Sul de Minas e levantamento prévio dos agricultores familiares cujas culturas estão sujeitas a geadas.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.966/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 148/2021, apresentada por Cristina Carrara, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências

para que avalie a possibilidade de atuar em parceria com a Fiocruz Minas, na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, para a consecução de ações de pesquisa sobre leishmaniose, hanseníase e infecção pelo HPV.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.967/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 149/2021, apresentada por Maria Auxiliadora Viana Pinto, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Realização do projeto Arte LGBT na Jason, na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, em São Joaquim de Bicas

Regionalização: RI BH

Valor: R\$100.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4423 – Custódia e Ressocialização de Presos

UO: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp

Projeto/Atividade: Aquisição de veículos para atendimento às Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apacs – do Estado

Regionalização: Estadual

Valor: R\$1.000.000,00

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4427 – Manutenção e Implantação de Metodologia de Custódia Alternativa

UO: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.968/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 171/2021, apresentada por Rogério Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que promova gestão perante as autoridades federais com vistas a possibilitar o enquadramento da aquicultura em alternativas de seguro de renda.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.969/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 171/2021, apresentada por Rogério Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Banco Central do Brasil pedido de providências para que aja com maior rigor na fiscalização da execução das linhas de Crédito Produtivo Orientado de Investimento – Pronaf Produtivo Orientado –, de forma a garantir a aplicação das regras do Manual de Crédito Rural – MCR.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.970/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 172/2021, apresentada por Rogério Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4377 – Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, dê maior atenção à região Sul de Minas.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.971/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 149/2021, apresentada por Maria Auxiliadora Viana Pinto, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que, na execução da Ação 4423 – Custódia e Ressocialização de Presos –, do Programa 145 – Infraestrutura do Sistema Prisional –, sejam instaladas placas de aquecimento solar de água em unidades prisionais e ofertados cursos de qualificação profissional aos custodiados para a instalação de tais equipamentos, a fim de garantir sua ressocialização quando se tornarem egressos do sistema prisional.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.972/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 149/2021, apresentada por Maria Auxiliadora Viana Pinto, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, na execução da Ação 1012 – Qualificação Profissional –, do Programa 089 – Rede de Desenvolvimento de Educação Profissional –, seja ofertada a custodiados do

sistema prisional qualificação para a instalação de equipamentos de aquecimento solar de água, com vistas a possibilitar sua reinserção profissional quando se tornarem egressos.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.973/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Desenvolvimento de projeto de produção agrícola baseado nos princípios da agroecologia e da economia solidária na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Uberlândia, Monte Carmelo, Patos de Minas e Ituiutaba).

Regionalização: RI Uberlândia e RI Patos de Minas

Valor: R\$900.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4011 – Apoio, Articulação e Execução de Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto / Atividade – Manutenção do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 2035 – Apoio à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.974/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para estudar a viabilidade de criar plataforma educacional com o objetivo de capacitar os técnicos agrícolas, com cursos destinados ao cultivo dos itens com menor oferta nos entrepostos da CeasaMinas, conforme levantamento técnico dos itens mais encarecidos, como principal estratégia para reduzir o valor médio comercializado, a longo prazo, destes hortifrutícolas.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.975/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater–MG – pedido de providências para estudar a viabilidade de criar plataforma educacional com o objetivo de capacitar os técnicos agrícolas, com cursos destinados ao cultivo dos itens com menor oferta nos entrepostos da CeasaMinas, conforme levantamento técnico dos itens mais encarecidos, como principal estratégia para reduzir o valor médio comercializado, a longo prazo, destes hortifrutícolas.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.976/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para realizar esforços com vistas a aumentar a dotação orçamentária destinada à manutenção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG –, para a garantir o funcionamento do conselho e das comissões regionais como instâncias de controle social da política, bem como para fortalecer as ações do Programa 067 – Políticas de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.977/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para avaliar a possibilidade de ampliar o escopo do sistema de vigilância estadual por meio da realização de inquérito telefônico com vistas a identificar os diferentes níveis de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) e fornecer dados e indicadores para orientar o planejamento da política de segurança alimentar e nutricional, seu monitoramento e a tomada de decisão com base em evidências.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.978/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 151/2021, apresentada por Jorge Nobuhico Kiryu, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.979/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 152/2021, apresentada por Ceps Comunidade Terapêutica Especializada em Projetos Sociais, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que avalie a possibilidade de abertura de novo edital de chamamento público para o recebimento de propostas técnicas de organizações da sociedade civil, com sede no Estado de Minas Gerais, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros a essas organizações com vistas à execução de ações estruturadas nos eixos do Sistema Integrado de Política sobre Drogas da Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico, dando-se ampla divulgação aos editais em andamento e orientando-se as organizações da sociedade civil quanto ao cumprimento dos requisitos necessários para participação no chamamento público.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.980/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 153/2021, apresentada por José Idelbrando Ferreira de Souza, da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia, requer a V. Exa., seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.981/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 173/2021, apresentada por Moisés Inácio Franco, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Desenvolver estudo de universalização do acesso à internet de alta velocidade para toda zona rural e expandir acesso à internet para áreas remotas de Minas Gerais.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4435 – Conectividade rural – UO: Seapa

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.982/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 174/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Aquisição de veículos de carga de capacidade média com baú para apoiar agricultores familiares.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$900.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Capital

Sugestão de remanejamento: Ação 1011 – Fomento para o desenvolvimento do setor agrário – UO: Emater

Projeto / Atividade – Aquisição de microtratores com enxada rotativa para as associações e cooperativas de agricultores familiares e para as Escolas Família Agrícola no Estado.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$1.387.280,00

Categoria Econômica da Despesa: Capital

Sugestão de remanejamento: Ação 1011 – Fomento para o desenvolvimento do setor agrário – UO: Emater

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.983/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Ivana Cristina Lovo, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução da Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja dada especial atenção ao Vale do Mucuri, inclusive por meio

do desenvolvimento de projetos de fortalecimento de iniciativas e empreendimentos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, visando à qualificação das cadeias produtivas e à ampliação da segurança econômica local.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.984/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Ivana Cristina Lovo, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências no sentido de que promova ações de capacitação sobre implantação de Sistemas Participativos de Garantia – SPG – e de vigilância popular sobre o uso adequado de agrotóxicos.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.985/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular requer, nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja desenvolvido projeto que abarque a finalidade da extinta Ação 4209 – Inclusão Produtiva das Mulheres do Campo, Apoio à produção sustentável, agregação de valor e comercialização – na perspectiva da produção e do abastecimento, do campo à mesa, incluindo a produção em espaços rurais e urbanos.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.986/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Ivana Cristina Lovo, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja desenvolvido projeto que abarque a finalidade da extinta Ação 4242 – Fomento à Produção Sustentável da Agricultura, Criação Animal, Extrativismo e Pesca Familiar – Transição Agroecológica.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.987/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Ivana Cristina Lovo, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja desenvolvido projeto de estímulo à implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 9.988/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Ivana Cristina Lovo, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, sejam desenvolvidos projetos que abarquem os objetivos do extinto Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa, e que, em seu âmbito, sejam destacados: o estímulo a sistemas alimentares a partir dos circuitos curtos de produção e abastecimento por meio do apoio às feiras livres da agricultura familiar; a implantação de campos de sementes crioulas e bancos comunitários de sementes crioulas; o resgate da finalidade das Ações 4238 – Juventude rural e Educação do Campo e 4251 – Apoio aos Projetos Profissionais dos Jovens Egressos das Escolas Famílias Agrícolas – Efas – e de escolas técnicas agrícolas; e o apoio a projetos pedagógicos em escolas do campo da rede estadual e à agricultura urbana agroecológica.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2021.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 10.035/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os repasses de recursos para as escolas estaduais situados no Município de Ribeirão das Neves com a finalidade de promover obras e reformas nos prédios escolares de suas unidades.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 10.037*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação e ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre novas unidades dos Colégios Tiradentes da PMMG e ampliação de vagas nas unidades existentes.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 8/2/2022.

REQUERIMENTO Nº 10.038*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre quais escolas estaduais e municípios estariam sendo considerados para receber unidades do Colégio Tiradentes, da PMMG.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 8/2/2022.

REQUERIMENTO Nº 10.041/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a origem da orientação que o Colégio Tiradentes – Unidade Betim deu às suas estudantes, não permitindo, em nenhuma hipótese, que utilizem penteados como tranças, *blacks*, *tererês* e afins, conforme divulgação de documento de retorno ao ensino presencial, que é assinado pelo Capitão Elmo Engracio, bem como justifique o motivo dessa proibição, tendo em vista que a orientação em nada se relaciona ou agrega ao aprendizado das estudantes, vai na contramão das ações de valorização e reconhecimento das contribuições da população negra, e esses penteados são historicamente ligados à cultura afro-brasileira e fazem parte da identidade étnico-racial dessas alunas, sendo um retrocesso inadmissível proibir seu uso, que faz parte dessa construção.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 10.076/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório que contenha o montante dos recursos financeiros de investimento realizados pelo Governo do Estado que foram destinados à PMMG nos últimos cinco anos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 10.077/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório que contenha o montante dos recursos financeiros de investimento realizados pelo Governo do Estado que foram destinados ao CBMMG nos últimos cinco anos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 10.080/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas nas ações concretas que estão sendo desempenhadas quanto à integração das forças de segurança pública por parte do Comando-Geral da PMMG, no sentido de planejamento, inteligência e troca de informações com vistas ao aprimoramento da política estadual de segurança pública.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 10.084/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações consubstanciadas nas ações concretas que estão sendo desempenhadas quanto à integração das forças de segurança pública por parte do Comando-Geral da CBMMG no sentido de planejamento, inteligência e troca de informações com vistas ao aprimoramento da política estadual de segurança pública.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 10.104/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Esporte, Lazer e Juventude e de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 3/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as comunidades quilombolas atendidas pelo projeto Raízes de Minas, para a implementação do banco de sementes crioulas, e sobre se há previsão para expansão do projeto, informando o cronograma detalhado para essa expansão, com vistas a fomentar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, realizada em 3/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

REQUERIMENTO Nº 10.105/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Esporte, Lazer e Juventude e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 03/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as alternativas para a manutenção da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego em Minas Gerais e dos programas de geração de trabalho e renda, considerando-se a expressiva diminuição dos recursos a serem repassados ao Fundo Estadual do Trabalho – FET – pelo governo federal.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Comissão de Direitos Humanos, realizada em 3/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

REQUERIMENTO Nº 10.224/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado

à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, em primeiro lugar, convocar os candidatos excedentes no concurso público para admissão ao CFO/2022 e, caso não seja possível neste momento, determinar a prorrogação do certame, nos termos do item 5.6, para fins do item 5.6.1., ambos do Edital DRH/CRS nº 9/2021, considerando-se que as citadas medidas são essenciais para a recomposição do efetivo da PMMG e para a manutenção do Estado de Minas Gerais entre os estados mais seguros do País.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 10.225/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a convocação dos candidatos excedentes no concurso público para admissão ao Curso de Formação de Soldados – QPPM –, para o ano de 2022 (CFSd QPPM/2022) – BH/RMBH e interior (4ª a 19ª RPM), bem como para o Quadro de Praças Especialistas – QPE –, considerando-se, em especial, a patente e indiscutível necessidade de efetivo policial em todo o Estado.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 10.226/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que os candidatos excedentes ao Curso de Formação de Sargentos (CFS 2022) sejam convocados, tendo em vista, entre outros fatores, que os 36 primeiros colocados ficaram empatados na nota de corte com 34 acertos (sendo que, inicialmente, o edital previa a convocação dos candidatos empatados, e o item foi revogado após a prova); o último almanaque prevê um efetivo de 1.230 terceiros-sargentos (atualmente são apenas 897); e o plano de comando prevê um aumento de 51 unidades.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 10.286/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apure a denúncia que encaminha, referente a descarte de rejeitos da barragem rompida por parte da mineradora Vale S.A. em cava profunda na mina do Córrego do Feijão.

Sala das Reuniões, 27 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.294/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apure a denúncia que encaminha, referente à Barragem Santa Bárbara.

Sala das Reuniões, 27 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.295/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Leninha aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA –, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, à Prefeitura Municipal de Manga e à Prefeitura Municipal de Matias Cardoso pedido de providências para apurar as denúncias de caracóis mortos no Rio São Francisco, entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso, o que compromete a qualidade das águas e deixa as populações ribeirinhas preocupadas.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

Justificação: O Velho Chico pede Socorro! Ribeirinhos desde o dia 17 de outubro de 2021 vem relatando alterações significativas na qualidade das águas do Rio São Francisco. Os povos das águas temem pela própria saúde pois muitos utilizam da água para cozinhar e até beber. Pescadores, vazanteiros e ribeirinhos são guardiões das águas mas também os primeiros a sofrer com a mudança da qualidade ambiental. E se essa responsabilidade não for de todos, infelizmente não serão os únicos! Por isso clamamos a toda a sociedade civil, organizada ou não e às autoridades governamentais para que verdadeiramente cuidem das águas, garantindo que seja cumprido o art. 225 da Constituição Federal de 1988 no qual, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

REQUERIMENTO Nº 10.296/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IDE – Sisema – desenvolva uma camada que contenha dados de clínicas veterinárias e de médicos veterinários em cada um dos municípios

do Estado, incluindo os procedimentos executados por cada um deles, em parceria com o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.297/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que o poder público crie política de fomento à regularização das entidades não regulares cadastradas no Cadastro Estadual de Entidades e Protetores de Animais Domésticos.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.298/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Vallourec Mineração Ltda. pedido de providências para que seja realizada a descaracterização da Barragem Santa Bárbara, respeitando-se todas as condições estabelecidas na licença ambiental que aprovar o Plano Emergencial de Descaracterização da Barragem Santa Bárbara, integrante do complexo da Mina do Pau Branco, assegurando a permanência de todos os moradores do Distrito de Piedade do Paraopeba em suas residências e a proteção de todos os bens naturais, culturais e arqueológicos existentes na região, no prazo máximo de seis meses.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.299/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Vallourec Mineração Ltda. pedido de providências para que a empresa preste informações verdadeiras à população do Município de Piedade do Paraopeba sobre as características da Barragem Santa Bárbara e sobre os riscos de seu rompimento, esclarecendo que se trata de barragem de contenção de rejeito de mineração e que há risco de rompimento, de acordo com as informações constantes no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB –, por meio da divulgação em sites oficiais e da realização de uma audiência pública para se reconhecer a falsidade das informações anteriormente prestadas à população.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.300/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que desenvolvam programa de educação ambiental nas escolas estaduais mineiras com o objetivo de sensibilizar os alunos quanto à importância da fauna doméstica.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.301/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IDE – Sisema – desenvolva uma camada que contenha dados de serviços de hospedagem e de banho e tosa de animais de estimação, com possibilidade de avaliação desses serviços pelos usuários.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.302/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Nacional de Grafite Ltda. em São Paulo pedido de providências para que apresente plano de expansão da exploração de grafite em Salto da Divisa, em área localizada no interior do Parque Estadual Alto Cariri, incluindo seus possíveis impactos socioambientais e, ainda, para que garanta a oitiva livre, prévia e informada das comunidades tradicionais localizadas no interior da unidade de conservação, tendo em vista o art. 17 da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 2004.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.303/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Carlos Pimenta, Betinho Pinto Coelho, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Bartô, Beatriz Cerqueira, Betão, Bruno Engler, Charles Santos, Cleitinho Azevedo, Professor Cleiton, Coronel Henrique, Ione Pinheiro, Delegado Heli Grilo, Doorgal Andrada, Doutor Paulo, Fernando Pacheco, Guilherme da Cunha, Gustavo Mitre, Celise Laviola, Leninha, Marquinho Lemos, Bernardo Mucida, Mauro Tramonte, Professor Irineu, Professor Wendel Mesquita, Raul Belém, Rafael Martins, Osvaldo Lopes, Agostinho Patrus,

Coronel Sandro, Braulio Braz, Delegada Sheila, Laura Serrano, Virgílio Guimarães, Zé Guilherme, Zé Reis, Inácio Franco, Sávio Souza Cruz, Arlen Santiago, Gil Pereira, Rosângela Reis, Dalmo Ribeiro Silva, Léo Portela, Duarte Bechir, Bosco, João Vítor Xavier, Sargento Rodrigues, Tadeu Martins Leite, Carlos Henrique, Neilando Pimenta, Leandro Genaro, Ulysses Gomes, Cássio Soares, Celinho Sintrocel, Gustavo Valadares, Doutor Wilson Batista, Elismar Prado, Glaycon Franco, Mário Henrique Caixa, Thiago Cota, Arnaldo Silva, Roberto Andrade, João Magalhães, André Quintão, Doutor Jean Freire, Tito Torres, Cristiano Silveira, Fábio Avelar de Oliveira, Douglas Melo, Antonio Carlos Arantes, Alencar da Silveira Jr., Gustavo Santana, Hely Tarquínio, João Leite e Leonídio Bouças aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja enviado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que se implemente o acordo nº 1.0000.16.050144-1/001, homologado desde 2016, incluindo a publicação do decreto consignando a retirada dos 50% restantes do VT da fórmula da Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedama –, bem como seja enviado à ALMG, em regime de urgência, projeto de lei alterando a Lei nº 15.461, de 2005.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

Justificação: O quadro atual em relação a situação dos servidores do Sisema demonstra uma situação alarmante, que exige ações rápidas para evitar consequências significativas para a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos do Estado. O Sisema possui papéis fundamentais, entre eles a preservação e a sustentabilidade dos ecossistemas, e assim caso não sejam tomadas as devidas providências poderá haver a descontinuidade dos serviços básicos. Sem recursos naturais não há desenvolvimento econômico e sustentável. A liberação de grandes e relevantes empreendimentos econômicos passa pelo Sisema e o quadro reduzido de funcionários compromete o pleno desenvolvimento das atividades deste sistema. A Semad é a segunda secretaria que mais arrecada no Estado, no entanto a falta de investimento histórico nesta secretaria vem se agravando cada vez mais e causando o esgotamento do sistema, o que inevitavelmente poderá comprometer a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Existem aproximadamente 140 mil processos pendentes de auto de infração na área produtiva e empresarial do Estado, o que demandará uma força tarefa que só poderá ser sanada com empenho de servidores motivados, valorizados e reconhecidos pela relevância do trabalho que executam. Outro ponto que merece destaque é que em comparação com outros Estados, os servidores do Sisema apresentam a menor remuneração do Brasil. Não há como discutir o Estado de Minas Gerais, no cenário das mudanças climáticas da COP26, se mantivermos estes servidores sendo os menos remunerados do país, desmotivados e desvalorizados. Hoje o Sisema é referência nacional pelas ações que desempenha. Os servidores fizeram greve branca no ano de 2016, protestando contra a falta de infraestrutura, o quadro reduzido de funcionários, a desvalorização da carreira, a suspensão de benefícios como o vale-alimentação. Assim após negociação foi homologado o acordo nº 1.0000.16.050144-1/001, que até hoje não foi implementado.

REQUERIMENTO Nº 10.304/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que desenvolva diagnóstico da existência de políticas públicas da fauna doméstica dos municípios mineiros em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 10.306/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Vale S.A., ao diretor-presidente da Samarco Mineração S. A. e ao presidente da Anglo American Brasil pedido de informações acerca das assessorias técnicas independentes – ATIs –, com esclarecimentos sobre qual deve ser o efetivo papel dessas assessorias; sua importância ou relevância para as comunidades; se a governança atual de execução dos trabalhos das ATIs é adequada e eficaz para as partes interessadas; quais ajustes sugeriria no processo de execução dos trabalhos; se os procedimentos de escolha, fiscalização e manutenção das ATIs têm garantido uma prestação de serviços adequada para as comunidades; qual o valor já investido e a investir nessas assessorias; como é realizado o processo de pagamentos dos valores para a execução das atividades pelas ATIs; como é definido o orçamento a ser investido pelo empreendedor nesse processo; como são fiscalizados os recursos gastos pelas ATIs; se elas têm atingido o seu propósito perante as comunidades; se existem metas e indicadores objetivos definidos para proporcionar o monitoramento e a avaliação dos trabalhos dessas assessorias; a percepção da empreendedora quanto à efetividade do trabalho das ATIs e sua receptividade perante as comunidades; se as assessorias têm fomentado o diálogo das comunidades com o empreendedor e promovido a resolução de conflitos de forma construtiva e participativa; se têm prestado serviços de natureza técnica para as comunidades; qual a percepção da empreendedora quanto aos trabalhos realizados pelas ATIs em comparação com atividades de assessoria técnica desempenhadas em outros projetos minerários, com contextos diferentes; e se a empreendedora tem outras considerações sobre o tema.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

Justificação: A obrigação estabelecida para o empreendedor minerário que determina o estabelecimento e atuação das assessorias técnicas independentes (ATIs) na região de sua atuação determina que o empreendedor deverá custear a contratação e disponibilizar tal Assessoria Técnica Independente e multidisciplinar para atuar na comunidade que sofreu ou eventualmente poderá sofrer algum dano ou que tenham seu modo de viver afetado pelo empreendimento. O objetivo e os limites da atuação das ATIs, bem como as regras gerais a serem observadas para o cumprimento, em especial os parâmetros e as diretrizes vinculados à contratação das assessorias técnicas independentes (ATIs) é estabelecido conforme o caso pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) ou pelo Poder Judiciário. Apesar da objetividade das atribuições das ATIs, o que se verifica na prática é um distanciamento entre seu objetivo e a forma como as instituições executam as atividades, especialmente no que diz respeito aos limites da obrigação e ao caráter eminentemente técnico que deve orientar sua atuação. A inobservância do escopo da obrigação e do verdadeiro papel das ATIs é notada em casos denunciados a esta comissão, razão pela qual apresentamos uma série de requerimentos para apurar minuciosamente essa realidade. Vamos ouvir todos os *stakeholders* envolvidos, as comunidades, as próprias ATIs, os empreendedores, a Semad e o Ministério Público – para entender se a atuação das ATIs é realmente eficaz e se traz os resultados e objetivos que dela se espera: o benefício para as comunidades que sofreram ou que eventualmente poderão sofrer algum dano ou que tenham seu modo de viver afetado pelo empreendimento minerário.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/2/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bernardo Rodrigues Espindola, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

exonerando Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

nomeando Nicolau Coimbra Campedelli, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

TERMO DE CONTRATO Nº 139/2021**Número no Siad: 9317522/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Geraforte Grupos Geradores Ltda. Objeto: fornecimento de Grupo Diesel-Gerador GMG, incluindo instalação, testes, treinamento técnico e manutenção em garantia. Vigência: 7 meses, contados a partir da data de sua assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico 60/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1) e 1011.01.031.729.4239.0001-4.4.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 6/2022**Número no Siad: 9294666-1/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sonda Mobility Ltda. Objeto: prestação de serviço de locação de sistema de controle de acesso biométrico e registro de frequência com tecnologia IP (Internet Protocol), incluindo projeto, instalação, treinamento, manutenção, gerenciamento e suporte técnico. Objeto do aditamento: ampliação do objeto contratual, com acréscimo de itens. Vigência: a partir da data de assinatura, com efeitos financeiros após o devido recebimento dos itens ora acrescentados. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**ERRATA****ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/2/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/2/2022, na pág. 30, sob o título “Correspondência”, no Ofício nº 859/2022, onde se lê:

“DECRETO MUNICIPAL Nº 2.142/2022”, leia-se:

“DECRETO MUNICIPAL Nº 2.142/2021”.